

Gestão de Riscos
e de Desastres

Contribuições
da Psicologia



Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
CEPED UFSC

Gestão de Riscos e de Desastres **Contribuições da Psicologia**

Daniela da Cunha Lopes

Dilene da Silva Costa

Eliana Vianna Soares

Janaina Rocha Furtado

Lucelita Maria Alves

Maria Nazareth Solino

Sarah Marcela Chinchilla Cartagena



2010

GOVERNO FEDERAL

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República do Brasil

João Santana Filho
Ministro da Integração Nacional

Ivone Maria Valente
Secretária Nacional de Defesa Civil

Daniela da Cunha Lopes
Diretora do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Álvaro Toubes Prata
Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva
Vice-Reitor

Edison da Rosa
Diretor do Centro Tecnológico

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

Antonio Edésio Jungles
Diretor Geral

Irapuan Paulino Leite
Diretor de Articulação Institucional

Marcos Baptista Lopez Dalmau
Diretor de Pesquisa e Extensão

Rafael Schadeck
Gerente de Planejamento

Fernando Lo Feudo Ferreira
Assistente de Projeto

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pedro da Costa Araújo
Superintendente Geral

EXECUÇÃO GERAL

Associação Cultural Cabeça ao Vento

EQUIPE TÉCNICA

Carolina Borges de Andrade
Gestão de Processos

Raquel Coelho
Coordenação Administrativa

Tadeu Vedana
Coordenação Audiovisual

Onara Freire
Supervisão de Processos

José Raupp
Supervisão de Tutoria

Cristiana Pinho
Supervisão do Ambiente Virtual de Aprendizagem

André Fontana Goulart
Web Design

Sérgio Genilson Pfliegel
Eduardo Polmann

Programação

Ire von Linsingen Phelippe
Edição de Imagens

Oni Freire

Edição de Som
Guilherme Lopes Souza

Vinhetas
Alexandro Antunes

Luciano Trevisol
Produção Educacional

Gabriela Marques
Suporte Técnico

Coordenação Geral de Conteúdo
Eliana Vianna Soares

Janaina Rocha Furtado

PRODUÇÃO DO CONTEÚDO ESPECÍFICO

Daniela da Cunha Lopes

Dilene da Silva Costa

Eliana Vianna Soares

Janaina Rocha Furtado

Lucelita Maria Alves

Maria Nazareth Solino

Sarah Marcela Chinchilla Cartagena

Assessoria em Tecnologias da Informação e Comunicação

Alexandre de Pinho

Assessoria Pedagógica

Fernando Spanhol

Maria Tais de Melo

Design Instrucional de Implementação

Carolina Borges de Andrade

Design Instrucional de Conteúdo

Barbara Pettres

Maria Tais de Melo

Editoração Eletrônica

Porto DG

Projeto Gráfico e Capa

Sívio Lovato

Ilustração

Sylvio Ayala

Revisão Ortográfica

Barbara Pettres

Gabriela Koza

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia. Curso a distância / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. 156 p. : il. 22 cm

1. Sistema Nacional de Defesa Civil. 2. Psicologia na Gestão de Riscos e de Desastres. 3. Ajuda Humanitária. I. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. III. Título.

CDU 351.862

Apresentação

Após o processo compartilhado de construção de uma política pública para a Defesa Civil, com a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, em março deste ano, a Defesa Civil se propôs a estabelecer diálogos entre o poder público, agentes de Defesa Civil, profissionais de diversas áreas e sociedade civil para fortalecer as ações de prevenção e preparação, inserindo novos protagonistas na Defesa Civil, com ênfase na construção de cidades mais seguras.

Para nós, tornou-se evidente a necessidade de uma gestão integrada, inter e multidisciplinar, que possa se efetivar de forma multissetorial nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – buscando a ampla participação da comunidade. Mobilizar novos atores e capacitar as pessoas que já estão atuando em Defesa Civil é uma das prioridades da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos últimos anos.

Neste sentido, o curso a distância “Gestão de Riscos e de Desastres: contribuições da Psicologia” tem o propósito de construir ou iluminar caminhos entre a Psicologia e áreas afins e a Defesa Civil, de modo a divulgar as diferentes possibilidades de atuação destes profissionais no processo de gestão dos riscos e na gestão dos desastres. Esperamos que este curso promova trocas de experiências e partilha de conhecimentos, aprimorando a atuação de todos para a construção de comunidades mais resilientes, cidades sustentáveis e pessoas mais saudáveis.

Nosso objetivo é capacitar para criar e compartilhar para aprender, construindo redes de proteção e atuação para que a Defesa Civil seja, dia-a-dia, uma ação de todos nós. Por isso, agradeço a sua participação e saúdo a sua presença no Sistema Nacional de Defesa Civil, em nome da equipe da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Bom curso!

Ivone Maria Valente

Secretária Nacional de Defesa Civil

Sumário

Introdução _____	06
Guia do Aluno _____	08

Unidade I

Psicologia no Sistema Nacional de Defesa Civil: para uma construção integrada de políticas públicas de proteção _____	12
Gestão de riscos e de desastres: contribuições da Psicologia _____	14
Defesa Civil e Sistema Nacional de Defesa Civil _____	20
Referências _____	31

Unidade II

Psicologia e compromisso social: o horizonte ético da Psicologia na gestão de riscos e de desastres _____	32
Fatores do desenvolvimento psicológico _____	35
Desenvolvimento humano: aspectos gerais sobre o desenvolvimento humano emocional, cognitivo e social _____	42
Referências _____	57

Unidade III

Psicologia na gestão integrada de riscos de desastres: ações de prevenção e preparação _____	58
Gestão integrada de riscos de desastres _____	60
Breves considerações sobre percepção de riscos de desastres _____	72
Mobilização social para ações de Defesa Civil _____	74
Princípios norteadores para uma atuação em Defesa Civil junto às comunidades: direitos humanos, ética e cidadania _____	84
Comunicação comunitária: ferramenta para a mobilização social _____	94
Planos de contingência: a construção de redes na preparação para os desastres _____	104
Referências _____	113

Unidade IV

Saúde mental e contribuições da Psicologia na fase da resposta _____	116
Atendimento psicológico às pessoas afetadas pelo desastre e o apoio às equipes de resgate _____	118
As equipes de resgate e o autocuidado _____	132
Referências _____	138

Unidade V

Assistência humanitária e direitos humanos _____	140
Carta Humanitária _____	142
Reconstrução pós-desastre: um espaço para a Psicologia e para a prevenção _____	151
Mobilização social e redução das vulnerabilidades _____	153
Referências _____	156

Introdução

O CEPED UFSC é uma instituição pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina que atua há 10 anos desenvolvendo projetos relacionados às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, tem cooperado com o desenvolvimento técnico, científico e cultural da sinistrologia e de sua difusão junto à sociedade em níveis municipal, estadual e nacional, mediante a oferta de capacitações específicas, assim como por meio de eventos, consultorias e auditorias, dentre outras ações.

Atualmente, dentre os diversos parceiros existentes ligados à Defesa Civil, o CEPED UFSC tem procurado desenvolver junto com o Ministério da Integração Nacional, mais especificamente com a Defesa Civil Nacional, ações preventivas orientadas às mais variadas necessidades de conhecimentos da população brasileira, considerando o contexto específico de situações encontradas ou vivenciadas em desastres de qualquer natureza e magnitude.

Sabe-se que com o conhecimento das vulnerabilidades existentes, uma sociedade tende a se preparar melhor. Todavia, mesmo com o preparo, podem acontecer situações adversas onde o dano resultante é consideravelmente grande, afetando assim as pessoas direta ou indiretamente. Quando isso ocorre, verifica-se a necessidade de se contar com profissionais que possam dar todo tipo de assistência às pessoas afetadas no desastre, no intuito de se conseguir restabelecer um padrão mínimo de normalidade.

Neste sentido, o curso a distância “Gestão de Riscos e de Desastres: Contribuições da Psicologia” tem o propósito de mostrar as diferentes possibilidades de atuação dos psicólogos nas quatro ações de redução de desastres definidas no Plano Nacional de Defesa Civil, e, também, o de aprimorar a atuação dos psicólogos e profissionais de áreas relacionadas em ações que visem contribuir para a construção da resiliência comunitária.

Este curso foi elaborado por pessoas que atuam diretamente com Defesa Civil, cuja competência profissional apresenta as devidas credenciais necessárias para que você, estudante, obtenha uma visão ampla da abrangência e da atuação do psicólogo em situações de desastres.

Esperamos que o curso atenda suas necessidades! Participe, questione, pois o seu aprendizado dependerá disso. Faça parte desta construção e seja um multiplicador dos conceitos, práticas e desafios proporcionados nesta capacitação.

Colocamos-nos à sua disposição.

Bom curso!



Prof. Antonio Edésio Jungles

Diretor Geral

Prof. Marcos B. L. Dalmau

Diretor de Pesquisa e Extensão

Prof. Irapuan Paulino Leite

Diretor de Articulação Institucional

Guia do Aluno

COMO SERÁ ESTE CURSO

Hoje você inicia um percurso sobre um tema importante e de grande alcance humanitário.

O século XXI inaugurou um período de grandes expectativas quanto a progressos científicos em várias áreas do conhecimento. Mas, por outro lado, chegou acompanhado por grande apreensão quanto ao cenário do equilíbrio ambiental. A preocupação quanto à Ecologia atualmente é tema para todos, cientistas, ambientalistas em particular, e cidadãos comuns. A frequência e gravidade dos desastres alerta sobre a necessidade de produção de conhecimento acerca da gestão de riscos. Conhecer a capacidade de resistência das regiões habitadas, das comunidades e das pessoas a eventos adversos faz parte da agenda de gestores públicos, e precisa estar também na agenda social das comunidades. A tarefa de preservar a vida é de todos!

Neste curso vamos conhecer um pouco sobre como esses desafios podem ser enfrentados. Vamos aprender os princípios que norteiam as ações de Defesa Civil em nosso país e principalmente sobre como podemos e devemos contribuir para garantir condições de vida mais seguras e menos vulneráveis aos desastres. Denominamos gestão de risco ao conjunto de conhecimentos teóricos e procedimentos técnicos que norteiam essas práticas. Esta área nasce já sob um enfoque interdisciplinar. Várias contribuições teóricas a preenchem. Gerir risco implica em conhecer geologia, engenharia civil, resistência de materiais, demografia, técnicas de salvamento e resgate, para citar alguns. Mas também demanda conhecimentos sobre o modo de organização das cidades e das pessoas que nela circulam. Aportes da Psicologia foram selecionados para ajudar nesta tarefa. Os alunos já psicólogos e os estudantes de Psicologia vão revisitare conceitos que provavelmente já conhecem. Porém o farão na perspectiva da

gestão de risco. As pessoas ligadas à Defesa Civil terão a oportunidade de entrar em contato com temas da Psicologia e verificar as interfaces com suas práticas. Quem é da Psicologia terá a oportunidade de estudar os princípios da Defesa Civil e verificar possibilidades de trabalho e de pesquisa.

ORIENTAÇÕES GERAIS

O curso será realizado em um período de 45 dias, aproximadamente, na modalidade de Educação a Distância (EaD), por meio do uso de diferentes recursos. Na realização deste curso você contará com este livro-texto, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a tutoria. Além disso, serão transmitidas através do AVA quatro teleconferências ao vivo, para que você tenha a oportunidade de aprofundar ainda mais seus conhecimentos sobre os diversos assuntos que serão abordados no decorrer deste curso.

Na modalidade a distância, você é o agente de construção do seu conhecimento, ou seja, é você que organiza seu tempo de estudo e a elaboração das atividades previstas. Portanto, trace um plano de estudos para a realização do curso: destine um tempo para estudar as unidades do livro, participar dos fóruns de discussão e elaborar as atividades de aprendizagem. Agende-se com antecedência para assistir e participar ao vivo das teleconferências e, quando necessário, entre em contato com seu tutor. Organize seus horários de estudo observando o cronograma das atividades do curso. Lembre-se: os prazos devem ser respeitados!

O LIVRO-TEXTO

Procure utilizar o livro de maneira integrada com os demais recursos do curso. Leia atentamente cada unidade e ao final de cada uma delas acesse o AVA e realize as atividades propostas. Procuramos destinar a você um espaço lateral em cada uma das páginas. Anote as dúvidas que surgirem durante a leitura e esclareça-as com o seu tutor(a). Preste atenção nos quadros, ícones e ilustrações do livro, eles contêm mensagens importantes.

O AVA

O endereço do seu Ambiente Virtual de Aprendizagem é www.cepedcursos.ufsc.br/grdpsico. Seu login e senha de acesso ao AVA serão enviados para o e-mail informado no momento da matrícula. Com o login e a senha, você terá acesso ao AVA a qualquer momento. **Consulte com frequência o calendário do curso e o mural do aluno, para se manter em dia com as datas previstas para a realização de cada uma das atividades.** Sugerimos que você o acesse regularmente, pois estaremos disponibilizando as datas das atividades e demais informações atualizadas sobre o andamento do curso. Além disso, o espaço de “dúvidas frequentes” também será atualizado constantemente pelos tutores, constituindo-se em excelente ferramenta para consulta das dúvidas coletivas e fonte de informações.

PARTICIPANDO DOS FÓRUNS DE DISCUSSÃO

Os fóruns de discussão presentes no AVA são espaços para troca de ideias, opiniões e experiências entre os cursistas sobre os assuntos propostos referentes a cada uma das unidades. A participação dos cursistas não se dá ao mesmo tempo, pois cada um insere sua opinião no momento que considerar mais propício. No fórum as opiniões podem ser inseridas a qualquer hora, você pode responder à pergunta inicial, responder a uma das perguntas dos participantes ou lançar uma nova pergunta. Haverá um fórum de discussão para cada uma das unidades. Se tiver alguma dúvida específica em relação ao conteúdo do curso, entre em contato com seu tutor. Não utilize o fórum para esta finalidade.

ELABORANDO A ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM

Para concluir este curso é necessário realizar as atividades de aprendizagem presentes no AVA no período proposto. O principal objetivo dessas atividades é fazer com que você consolide os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Leia com atenção as orientações para elaborar a atividade de aprendizagem de cada unidade. Certifique-se de que entendeu bem as explicações para que possa responder adequadamente ao enunciado. Em caso de dúvida, faça contato com seu tutor. Lembre-se de que o envio das atividades através do AVA é a garantia do recebimento do certificado de conclusão do curso.

INTERAGINDO COM A TUTORIA

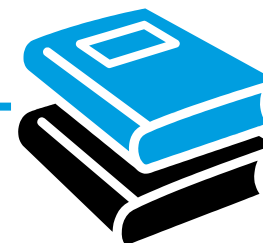
A tutoria é uma estrutura organizada para realizar o atendimento, o acompanhamento e a avaliação do processo de aprendizagem dos cursistas. Conta com uma equipe de tutores preparada para oferecer o apoio necessário para o melhor aproveitamento do curso. Os tutores esclarecem as dúvidas relacionadas aos aspectos pedagógicos do curso: conteúdos, metodologia e elaboração da atividade de aprendizagem. Para isso nossos tutores receberam formação específica na área deste curso. Eles também esclarecerão suas dúvidas administrativas, como: cadastro, recebimento dos materiais didáticos e emissão de certificados. Cada tutor será responsável por um mesmo grupo de alunos do início ao fim deste curso. Ao iniciar o curso, você irá receber um “e-mail de apresentação” do seu tutor, no qual ele informará a você o nome dele e o turno em que estará presente na tutoria. Procure entrar em contato com a tutoria no turno informado pelo seu tutor. No e-mail de apresentação você também será informado dos e-mails de contato e do número do Telefone de Disca-gem Direta Gratuita (DDG 0800) da tutoria. É importante manter seus dados cadastrais atualizados, principalmente o endereço eletrônico e os números de telefone para facilitar o contato do seu tutor com você.

Horário de atendimento da Tutoria:

de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h.

UNIDADE I

PSICOLOGIA NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL: PARA UMA CONSTRUÇÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final desta unidade, você será capaz de:

1. Conhecer a Política Nacional de Defesa Civil e o Sistema Nacional de Defesa Civil, sua estrutura e abrangência.
2. Diferenciar os segmentos da Defesa Civil nos níveis nacional, estadual e municipal.
3. Contextualizar a interface entre a Psicologia e as ações da Defesa Civil.
4. Refletir sobre as definições e classificações de desastres a partir de uma concepção social do desastre, em oposição à classificação tradicional.
5. Analisar possibilidades de trabalho do psicólogo nas quatro fases da Defesa Civil.

INICIANDO O DIÁLOGO



Nessa unidade você vai ver que é necessário que psicólogos e demais agentes de Defesa Civil se compreendam, ambos, como integrantes basilares do Sistema Nacional de Defesa Civil, sendo protagonistas da mesma luta: pela diminuição do sofrimento humano e garantia dos direitos de proteção e segurança.

GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

SAIBA MAIS

Ao longo do curso, você vai verificar que essa classificação de **desastres naturais** vem sendo questionada, aqui e em outros países. Um desastre com danos e prejuízos geralmente só ocorre se houver alguma ação humana anterior ao evento adverso. Se ocorrer um deslizamento de terra numa montanha e não houver nada nem ninguém embaixo, então continuará sendo apenas um evento adverso. Mas, se cair numa estrada, atrapalhar o trânsito, ferir alguém, provocar prejuízos à atividade econômica da região, ou tudo isso junto, então aí teremos um desastre. Mais adiante você vai entender a importância dessa concepção, a que chamaremos concepção social do desastre.

Segundo o Relatório Anual de Estatística de Desastres (OPS/OMS, 2002), em 2009 foram registradas 335 ocorrências de **desastres naturais** em todo o mundo. Eles causaram a morte de 10.655 pessoas, e afetaram outras 119 milhões, decorrendo em mais de 41.300 milhões de dólares em prejuízos.

Você sabia que mais de 80% das vítimas dos desastres relatados em 2009 localizavam-se na Ásia, considerando que 40% dos desastres ocorreram nesse continente? E que os outros 21,8% dos desastres afetaram as Américas? Dos 111 países afetados, mais de 90% das mortes e 80% dos prejuízos concentraram-se em 18 países. Segundo o relatório, isso reflete a desigualdade na repartição dos encargos que as catástrofes naturais trazem para a sociedade humana.

Alguns pesquisadores discutem a pertinência da expressão desastre natural, pois uma chuva forte não provocará desastre caso incida sobre uma região desabitada.

Isso nos ajuda a compreender a participação decisiva dos sistemas humanos, e das interações desses sistemas com o ambiente na produção das vulnerabilidades que nos expõem aos desastres. Entendemos que isso também reflete os fatores e as condições que tornam algumas populações humanas mais vulneráveis aos desastres, o que nos coloca uma questão impreterível:

O que podemos fazer para minimizar os impactos desses fenômenos e, fundamentalmente, prevenir os riscos de desastres, construindo comunidades mais seguras, resilientes e sustentáveis?

O terremoto que afetou o Haiti neste ano de 2010, considerado pela ONU como um dos maiores desastres da história da humanidade, custou a vida de mais de 200 mil pessoas. Ficamos mais alarmados com a capacidade de destruição a que estamos sujeitos, principalmente os países menos favorecidos para os quais os riscos de desastres são maiores em virtude da grande vulnerabilidade social existente.

Militares brasileiros que prestaram ajuda humanitária ao Haiti após a ocorrência do terremoto relataram que a magnitude da destruição provocada foi proporcional à **vulnerabilidade social** da sua população. A miséria e a pobreza observadas no cenário de desastre já assolavam as comunidades haitianas muito antes do fenômeno. A isso chamamos de vulnerabilidade.

Trata-se de uma questão ampla e complexa, que deve tocar a cada um de nós, nas mais diversas áreas de atuação. Afinal, os desastres afetam a todos, cabendo a todos nós a tarefa de preveni-los e de construir ferramentas que assegurem a devida proteção e assistência da população.

Neste panorama, tem se tornado relevante a necessidade de preparar pessoas, construir redes e compartilhar boas práticas em prevenção de riscos de desastres, articulando os diferentes conhecimentos para que se somem e se multipliquem às tecnologias e às práticas já existentes de enfrentamento de desastres no Brasil e no mundo.

A magnitude da destruição provocada por um desastre é proporcional à vulnerabilidade social da população.

COMO A PSICOLOGIA PODE ATUAR EM RELAÇÃO AO SOFRIMENTO PROVOCADO PELOS DESASTRES

Com o intuito de minimizar o sofrimento humano em decorrência dos desastres, os psicólogos têm se aproximado, pouco a pouco, destas questões da área de Defesa Civil. No âmbito da prática clínica, do atendimento emocional da pessoa afetada por um desastre, alguns conhecimentos foram difundidos, como os que encontramos no manual Proteção da saúde mental em situações de desastres e emergências (OPS/OMS, 2002), sistematizado pela **Organização Mundial de Saúde**, um guia de planejamento com a finalidade de assegurar o atendimento adequado à população afetada por desastres no que concerne à saúde mental.

A inserção ampla do trabalho dos psicólogos e outros profissionais de áreas relacionadas na situação de desastre e sua gestão deve ser fortalecida. Esses profissionais podem atuar em diferentes momentos de um desastre.

- **na prevenção** - com capacitação comunitária para percepção de riscos; projetos educativos; desenvolvimento de projetos para a minimização de vulnerabilidades sociais; mapeamento de áreas de risco;
- **na preparação** - auxiliando as comunidades a estabelecer e estruturar planos de contingência;
- **durante o desastres e na recuperação pós-desastre** - na gestão e administração de seus efeitos, no atendimento às pessoas afetadas, na administração dos abrigos provisórios, na concepção dos planos de reconstrução voltados às necessidades da população.

Em 2006, o Brasil concentrou diversos psicólogos que atuam nesta área ao realizar o **1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades Mais Seguras**, realizado em junho de 2006, em Brasília. No evento

ficou evidente que devemos desenvolver planos de curto, médio e longo prazo para minimizar riscos, reduzir condições de vulnerabilidade, e nos preparar para a resposta, considerando cada situação e cada comunidade.

A psicóloga Claudia Gómez Prieto, representante da Sociedade Argentina da Psicologia das Emergências e dos Desastres, enfatizou na ocasião, por exemplo, a necessidade de promover o protagonismo dos atores sociais como agentes capazes de transformar as situações de risco em oportunidades para o desenvolvimento, e de estimular a organização comunitária como fator primordial de proteção. Daniela da Cunha Lopes (SEDEC) ressaltou, por sua vez, a relação entre os desastres, o processo de exclusão social e a percepção de riscos, enfatizando a necessidade de sensibilizar e mobilizar as comunidades para a prevenção de desastres.

Nesse sentido, o psicólogo pode atuar de diversas formas:

- Contribuir no preparo da comunidade para a situação de desastre, a partir de um olhar ampliado sobre as relações que as pessoas estabelecem entre si, com os espaços e com o ambiente.
- Auxiliar no fortalecimento das relações comunitárias, favorecendo que se agreguem as capacidades e competências das comunidades para solucionar as crises locais, por meio da criação de redes formais e informais.
- Desenvolver ações orientadas à promoção de uma cultura de redução de riscos de desastres, mobilizando potenciais de ação e habilidades para enfrentar essas situações.

Levar as pessoas a compreender as consequências de comportamentos de risco constitui importante estratégia na prevenção de desastres.

ATENÇÃO!

**SAIBA+
MAIS**

O manual, disponível no endereço <http://helid.desastres.net/en/d/Js2923s/> se propôs a eliminar estigmas existentes com relação às enfermidades mentais em decorrência dos desastres. Seu objetivo é ser um guia prático de planejamento para atuar no período agudo ou crítico da emergência e não inclui a abordagem dos problemas psicossociais que surgem a médio e longo prazo. Orienta o trabalho comunitário que promove a coordenação entre as múltiplas organizações que trabalham no campo da saúde mental com enfoques, frequentemente, diferentes.



<http://www2.pol.org.brpsicologia-dosdesastres/apresentacao.cfm>

**SAIBA+
MAIS**

Você encontra textos na íntegra da participação da psicóloga e de outros palestrantes numa mesa-redonda sobre o tema da saúde mental durante o seminário na publicação http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/cartilha_sn_desastres.pdf. O seminário foi uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia e representou um momento importante de fortalecimento das discussões sobre o tema, inclusive alinhando a Psicologia brasileira à latino-americana.

Além disso, a formação das equipes de trabalho em Defesa Civil, tanto do pessoal profissional quanto do voluntariado, pressupõe cuidado quanto à preservação das condições de trabalho, principalmente na etapa da resposta. Essas pessoas convivem com situações de muita adversidade envolvendo o sofrimento dos atendidos e a urgência nas ações de resgate.

ATENÇÃO!

A participação do psicólogo numa equipe multiprofissional é de especial importância, pois favorece esclarecimentos sobre as características das situações de crise entre os atendidos, e sobretudo contribui para a própria saúde mental* da equipe, por meio de conversas em grupos de apoio ou eventualmente de atendimento individual.

Avaliar as limitações do pessoal de apoio, dialogar sobre os limites e possibilidades subjetivas dos profissionais em geral, contribuir para o treinamento dos voluntários e reforçar a resiliência grupal da equipe são componentes de uma importante área conhecida como Saúde do Trabalhador.



Saúde Mental

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, não há definição “oficial” de saúde mental. Por saúde mental podemos entender o estado de organização psíquica que atende as necessidades de relacionamento do sujeito com o mundo à sua volta, resguardando a sua autonomia. Estado que permite trocas afetivas com os demais, preserva a tomada de decisões e a capacidade produtiva.

SAIBA MAIS

O tema da resiliência será tratado detalhadamente na terceira unidade.

A INTERFACE DA PSICOLOGIA COM A DEFESA CIVIL

Como você pôde perceber, esta interface entre a Psicologia e a Defesa Civil vem sendo construída há alguns anos em nosso país. Diferentes iniciativas têm ocorrido, estimulando a produção de conhecimentos sobre o tema. Desde 2005 a Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC incentiva organizações que se dedicam ao tema. Diversos grupos de discussão envolvendo psicólogos, no âmbito universitário e na sociedade em geral, têm se reunido em seminários, oficinas e cursos. Recentemente, o **V DEFENCIL** (www.defencil.gov.br) e a **I Conferência Nacional de**

Defesa Civil e Assistência Humanitária (www.conferenciadesacivil.org) apresentaram em suas programações mesas e palestras sobre o tema da saúde mental em várias frentes, e também acerca da questão da mobilização social para a prevenção de desastres, sempre discutindo a inserção da Psicologia, tanto como ciência quanto profissão.

O que se apresenta diante do aumento dessas ocorrências no mundo é um fato: a necessidade de manejar dispositivos de organização comunitária que fortaleçam os vínculos entre as pessoas e possam levá-las a se apropriar de sua condição de receptoras de direitos de proteção e segurança.

Para o desenvolvimento de uma Psicologia que possa contribuir com um saber-fazer que favoreça, entre outros aspectos, a construção de políticas públicas de proteção e práticas de prevenção, a denominação atualmente utilizada é Psicologia da Gestão de Riscos e de Desastres ao invés de, unicamente, Psicologia das Emergências e Desastres.

A relação entre Psicologia e Defesa Civil se apresenta ainda recente no tempo, se considerarmos a história da Psicologia no Brasil. Ainda há muitos caminhos a trilhar. Embora ela esteja marcada pelos diversos percalços que implicam o surgimento de um novo campo de atuação em qualquer área do conhecimento, uma Psicologia da Gestão Integrada de Riscos e de Desastres não deixa de ser uma necessidade e reivindicação da sociedade que sofre frequentemente com essas ocorrências.

Para tanto, como você pôde perceber, psicólogos e outros agentes que integram o Sistema Nacional de Defesa Civil devem atuar tanto na preservação da saúde mental das pessoas em situações de desastre quanto na garantia da proteção e da segurança.

DEFESA CIVIL E SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

O QUE É DEFESA CIVIL?

A Defesa Civil é o conjunto de ações de prevenção e de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a integridade física e moral da população, bem como restabelecer a normalidade social.

A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), aprovada por meio da Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 1994, do Conselho Nacional de Defesa Civil, representa o conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução. Sua finalidade é a de garantir o direito natural à vida, à saúde, à **incolumidade***, à segurança e à propriedade em circunstâncias de desastres.

A **I Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária** configura, entretanto, um marco histórico na construção coletiva e democrática de uma Política Pública de Defesa Civil, respaldando-se nas demandas e necessidades da sociedade brasileira.

Dentre a centena de diretrizes aprovadas na conferência, consta a necessária articulação institucional entre a Defesa Civil e demais organizações públicas e privadas que existem relacionadas ao tema.



Incolumidade
Estado ou qualidade de incólume.
Isenção de perigo.



As diretrizes da conferência podem ser encontradas no site www.conferenciadefesacivil.org

A Defesa Civil no Brasil está organizada sob a forma de sistema, o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), centralizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), órgão do Ministério da Integração Nacional.



Quanto à estrutura, o SINDEC é composto por:

- **Órgão Superior:** o Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC), constituído por representantes dos Ministérios e das Secretarias da Presidência da República.
- **Órgão Central:** a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) do Ministério da Integração Nacional.
- **Órgãos Regionais:** as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (CORDEC).
- **Órgãos Estaduais e Municipais:** os órgãos de Defesa Civil dos Estados e do Distrito Federal (Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil - CEDEC) e as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC).
- **Órgãos Setoriais:** os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, envolvidos nas ações de Defesa Civil, referidos no art. 5º do Decreto nº 5.376/05.
- **Órgãos de Apoio:** os órgãos e as entidades públicas estaduais, municipais e privadas que venham a prestar ajuda aos órgãos integrantes do SINDEC.

Observe que o SINDEC prevê a participação dos órgãos de apoio capazes de prestar auxílio aos demais integrantes do sistema. Além dos conselhos profissionais, como os Conselhos Regionais de Psicologia, podem se integrar à Defesa Civil como órgãos de apoio os conselhos comunitários, as organizações não governamentais, conselhos tutelares, de saúde, empresariado, universidades, etc.



O Sistema Nacional de Defesa Civil prevê ainda a existência dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), ou entidades correspondentes, que funcionam como centros de reuniões e debates entre a COMDEC e as comunidades locais, e planejam, promovem e coordenam atividades de defesa civil, com destaque para:

I - A avaliação de riscos de desastres e a preparação de mapas temáticos relacionados com as ameaças, as vulnerabilidades dos cenários e com as áreas de risco intensificado.

II - A promoção de medidas preventivas estruturais e não estruturais, com o objetivo de reduzir os riscos de desastres.

III - A elaboração de planos de contingência e de operações, objetivando a resposta aos desastres e de exercícios simulados, para aperfeiçoá-los.

IV - O treinamento de voluntários e de equipes técnicas para atuarem em circunstâncias de desastres.

V - A articulação com órgãos de monitoração, alerta e alarme, com objetivo de otimizar a previsão de desastres.

VI - A organização de planos de chamadas, com o objetivo de otimizar o estado de alerta na **iminência*** de desastres.

O objetivo geral do NUDEC é envolver as comunidades no processo de reflexão sobre a realidade dos riscos, incentivando a construção de uma consciência coletiva acerca da preservação do meio ambiente local, sobre a ótica da minimização dos desastres.

Os NUDECS são espaços favoráveis para a inserção do profissional psicólogo e demais profissionais nas ações de defesa civil com a comunidade, tendo em vista que muitas comunidades necessitam de apoio no seu processo de organização.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Segundo a Política Nacional de Defesa Civil (2007), as ações de redução dos desastres abrangem quatro fases ou aspectos globais: a prevenção de desastres, a preparação para emergências e desastres, a resposta e a reconstrução.

PREVENÇÃO

A prevenção representa a primeira fase da redução dos riscos de desastres e engloba o conjunto de ações que visam evitar que o desastre aconteça ou diminuir a intensidade de suas consequências.

PREPARAÇÃO

A preparação representa uma segunda fase do processo, e reúne o conjunto de ações para melhorar a capacidade da comunidade frente aos desastres (incluindo indivíduos, organizações governamentais e não governamentais) para atuar em caso de evento adverso.

RESPOSTA

A resposta envolve o conjunto de ações que visam socorrer e auxiliar as pessoas atingidas, reduzir danos e prejuízos e garantir o funcionamento dos sistemas essenciais da comunidade.

RECONSTRUÇÃO

Finalmente, a reconstrução é a última fase da redução dos riscos de desastres e abrange o conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.



Iminência

Qualidade, condição ou característica do que está iminente; ameaça, aproximação, urgência.



Veja as experiências do trabalho da Psicologia na formação de NUDECS Jovens em Jaboatão dos Guararapes-PE, no link <http://ceped.ufsc.br:8090/cursos-e-eventos/construindo-comunidades-mais-seguras>

Os quatro aspectos devem ocorrer de forma integral, através de uma atuação multissetorial e nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), a partir de uma ampla participação comunitária.

CONCEITUAÇÃO DOS DESASTRES

Segundo a Política Nacional de Defesa Civil (2007, p. 8), os desastres são definidos como: “O resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais, e consequentes prejuízos econômicos e sociais”.

De forma similar, a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, da Organização das Nações Unidas (EIRD/ONU, 2009, p. 13-14), define desastre como “uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade que ocasiona uma grande quantidade de mortes e igual perda e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade de uma comunidade ou a sociedade afetada para fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos”.

A CONCEPÇÃO SOCIAL DO DESASTRE

Durante muito tempo, o trabalho de enfrentamento aos desastres, por parte da Defesa Civil brasileira, concentrou-se nas ações desenvolvidas após o impacto do evento adverso, envolvendo o socorro, a assistência às pessoas atingidas e a reabilitação do cenário do desastre. É por isso que muita gente, ainda hoje, associa as ações de defesa civil à coleta, organização e distribuição de donativos, ao repasse de recursos públicos para áreas atingidas por desastres naturais ou a coordenação de serviços de segurança pública e de defesa civil.

Atualmente, torna-se imperativo que esse paradigma seja substituído pela ideia da concepção social do desastre, na qual os desastres são produto de uma combinação particular entre **riscos, ameaças e vulnerabilidades*** da sociedade, paulatinamente construídas nas relações das pessoas com o meio em que vivem.

Em outras palavras, se ações efetivas conseguem diminuir a situação de vulnerabilidade, consequentemente o risco tende a diminuir.

ATENÇÃO!

Nessa perspectiva, os desastres são produtos e processos decorrentes da transformação e crescimento da sociedade, do modelo global de desenvolvimento adotado, dos fatores socioambientais relacionados a modos de vida que produzem vulnerabilidades sociais e, portanto, vulnerabilidade aos desastres. Incluem aspectos como pobreza, ocupação inadequada do solo, ocupação de áreas de risco, inexistência de equipamentos urbanos e insuficiência de políticas que atendam as necessidades da população.



Risco:

Denomina-se risco de desastre a probabilidade de ocorrência de um evento adverso, causando danos ou prejuízos. É importante salientar que a magnitude do risco é diretamente proporcional à magnitude da vulnerabilidade. Ambos os conceitos são definidos na sua interação.

Ameaça:

1. Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso. Evento adverso provocador de desastre, quando ainda potencial. 2. Estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento (ou acidente) e da provável magnitude de sua manifestação.

Vulnerabilidades:

Condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade e exposição de uma comunidade ao impacto de ameaças (EIRD, 2004).



Acompanhe os textos de La Red - Rede de Estudos Sociais em Prevenção de Desastres na América Latina, no site <http://www.desenredando.org/>

**SAIBA+
MAIS**

Com o Marco de Ação Hyogo, em 2005, governos de 168 países se comprometeram a adotar medidas para reduzir os riscos de desastres. A ser desenvolvido entre 2005 e 2015, este marco visa reduzir significativamente as perdas ocasionadas por desastres tanto em termos de vidas como perdas sociais, econômicas e ambientais. Seus objetivos estratégicos estão centrados na integração para redução de riscos de desastres em conjunto com as políticas de planejamento de desenvolvimento sustentável; no desenvolvimento e fortalecimento de instituições, mecanismos e capacidades, em todos os níveis, para aumentar a resiliência ante às ameaças; e na incorporação sistemática de políticas para redução de riscos com implementação de plataformas de preparação, atenção e recuperação de comunidades afetadas (World Conference on Disaster Reduction, 2005).

CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES QUANTO À INTENSIDADE

Os desastres podem ser de:

- **Nível I:** desastres de pequeno porte, quando os danos causados são facilmente suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas.
- **Nível II:** desastres de médio porte, quando os danos e prejuízos podem ser superados com recursos da própria comunidade, desde que haja uma mobilização.
- **Nível III:** desastres de grande porte, quando a comunidade complementa os recursos locais com auxílio externo, a fim de superar os danos e prejuízos.
- **Nível IV:** desastres de muito grande porte, quando não são superáveis e suportáveis pelas comunidades, mesmo quando bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis, a menos que recebam ajuda de fora da área afetada.

CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES QUANTO À EVOLUÇÃO

São classificados em:

- **Súbitos ou de evolução aguda:** caracterizados pela rapidez com que evoluem e, normalmente, pela violência dos fenômenos que o causam. Alguns exemplos são as enchentes, os vendavais e os acidentes industriais.
- **Graduais ou de evolução lenta:** os que evoluem progressivamente ao longo do tempo. No Brasil há exemplos muito importantes desse tipo de desastres, como a estiagem, a desertificação e a erosão do solo.
- **Por somação de efeitos parciais:** caracterizam-se pela somação de numerosos acidentes ou ocorrências semelhantes, cujos danos, quando somados ao término de um determinado período, definem um desastre muito importante. Os acidentes de trânsito podem ser um bom exemplo

de como a somação de numerosas ocorrências semelhantes pode representar um total de danos e prejuízos que, ao final, ultrapassam os produzidos pelos desastres mais visíveis, como enchentes e vendavais.

CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES QUANTO À ORIGEM

Quanto à origem ou causa primária do evento causador, são classificados em:

- **Naturais:** provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação humana. Alguns exemplos típicos são os terremotos, os furacões e as erupções vulcânicas.

- **Humanos:** provocados por ações ou omissões humanas, os desastres humanos podem ser agrupados em três diferentes categorias de acordo com o tipo de atividade humana envolvida:

Tecnológicos = decorrentes do uso de tecnologias, destacando-se os relacionados aos meios de transporte, produtos perigosos e explosões, entre outros.

Sociais = decorrentes do desequilíbrio nos inter-relacionamentos econômicos, políticos e sociais, tais como o desemprego, a marginalização social, a violência e o tráfico de drogas, entre outros.

Biológicos = decorrentes do subdesenvolvimento, da pobreza e da redução da eficiência dos serviços promotores da saúde pública.

- **Mistos:** ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais.

Tendo em vista o relato anterior sobre a concepção social dos desastres e das problemáticas emergentes com as mudanças climáticas globais e, portanto, da possível interferência do ser humano sobre o clima do planeta, você pode se perguntar: **como podemos classificar os desastres como naturais, humanos e mistos?**

Se você se fez essa pergunta, continue na sua reflexão, pois se trata de algo importante a pensar. A classificação que consta na atual Política Nacional de Defesa Civil se refere a uma certa origem ou causa primária, numa perspectiva ainda tradicional de compreensão desses fenômenos e de suas implicações sobre os sistemas humanos e ambientais. Entenda que existe uma causa primária que pode equivaler à existência de determinado fenômeno adverso, por exemplo: furacão – desastre natural; estiagem – desastre misto; produtos perigosos – desastre humano, e assim por diante.

Qualquer evento adverso pode provocar um desastre, ou seja, causar danos e prejuízos quando incidir em comunidades que não estão preparadas para enfrentá-lo.

Por isso, hoje existe uma tendência em se considerar as ações e omissões humanas em todos os desastres, pois são elas que criam as condições para que estes fenômenos ocorram em maior ou menor intensidade (em certas situações) e para que produzam maiores ou menores impactos.



Você aprendeu que para haver um desastre é necessário que ocorram danos e prejuízos.

A diferença entre dano e prejuízo em desastres é a seguinte: enquanto os danos representam a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais ocorridas, os prejuízos são a medida de perda relacionada com o valor econômico e social de um determinado bem, em função do desastre.

A GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DE DESASTRES

Você pode perceber que essas reflexões fortalecem a concepção e a necessidade de uma gestão integrada de riscos e de desastres, que deve se desenvolver num *continuum*, intimamente ligada a uma visão de desenvolvimento sustentável da sociedade.



Não é mais possível se pensar em fases distintas, e sim no desenvolvimento de ações multiplicadas no tempo e no espaço, integradas horizontal e transversalmente. É preciso compreender que aquilo que é feito em uma etapa do processo pode representar severas repercussões, positivas ou negativas, nas etapas seguintes.

Para o PNUD (2003), incorporar o tema dos desastres nas políticas e programas de redução da pobreza, governabilidade, estratégias ambientais e outras áreas de desenvolvimento sustentável, incide positivamente nos fatores que produzem nossa vulnerabilidade a esses fenômenos. Nesse âmbito, uma gestão integrada com foco no engajamento comunitário e participação de todos possibilitará a construção de cidades mais seguras e redes de proteção social para prevenir desastres e promover qualidade de vida.

Neste sentido, devemos considerar as implicações do conhecimento da Psicologia acerca dos processos por meio dos quais nos tornamos continuamente o que somos. Processos que se produzem e se reproduzem em nossas relações e práticas cotidianas e que potencializam ou fragilizam ações de proteção e cuidado, dependendo da ética envolvida.

**SAIBA+
MAIS**

Desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu em 1987, na Comissão Brundtland - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas.

FINALIZANDO



Nesta primeira unidade, você conheceu os itens que compõem a Política Nacional de Defesa Civil e o Sistema Nacional de Defesa Civil, assim como as funções dos NUDECs. Passou a compreender a Defesa Civil como área de investigação interdisciplinar e como área de ação multiprofissional.

Viu também os conceitos de desastre e sua classificação, e as definições de risco, ameaça e vulnerabilidade. Conheceu as quatro fases da Defesa Civil: prevenção, preparação, resposta e reconstrução, e, por fim, as contribuições da Psicologia como área de conhecimento e do psicólogo como profissional atuante na gestão integrada de riscos e de desastres.

Para verificar se você entendeu o que foi estudado até aqui, realize as atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

Bons estudos!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasil: Distrito Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Relatório da Conferência Nacional**. Brasil: Distrito Federal, 2010.

CENTRE FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS. **Annual Disaster Statistical Review 2009**: The numbers and trends. Belgium: Ciaco, 2010.

ESTRATEGIA INTERNACIONAL PARA LA REDUCCIÓN DE DESASTRES - Naciones Unidas. **Vivir con el Riesgo**: informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres. Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas (EIRD/ONU), 2004.

LAVELL, Allan. **Viviendo en Riesgo**: comunidades vulnerables y prevención de desastres en América Latina. La Red. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Guía práctica de Salud Mental em situaciones de desastres**. Washington: OPS/OMS, 2006. 200 p. (Serie de manuales y guías sobre desastres). Disponível em: http://www.who.int/mental_health/paho_guia_practicade_salud_mental.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.

_____. **Protección de la salud mental em situaciones de desastres y emergencias**. Washington: OPS/OMS, 2002. 16 p. (Serie de manuales y guías sobre desastres). Disponível em: <http://www.paho.org/spanish/ped/SaludMental01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010

PNUD. **La gestion local del riesgo**: nociones y precisiones en torno al concepto y la practica. Programa Regional para la Gestion del Riesgo em America Central, 2003.

WORLD CONFERENCE ON DISASTER REDUCTION, 2005, Kobe, Japan. **Hyogo Framework for action 2005-2015**: building the resilience of nations and communities to disaster. Disponível em: www.unisdr.org/wcdr. Acesso em: 10 set. 2010.

UNIDADE II

PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL: O HORIZONTE ÉTICO DA PSICOLOGIA NA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final desta unidade, você será capaz de:

1. Compreender os fatores de desenvolvimento psíquico. A crítica ao determinismo e à naturalização dos fenômenos psicológicos.
2. Refletir sobre o papel da família e do meio social em geral nos processos de socialização.
3. Ampliar a noção de conflito.
4. Analisar as implicações éticas da intervenção em ações de Defesa Civil.

INICIANDO O DIÁLOGO



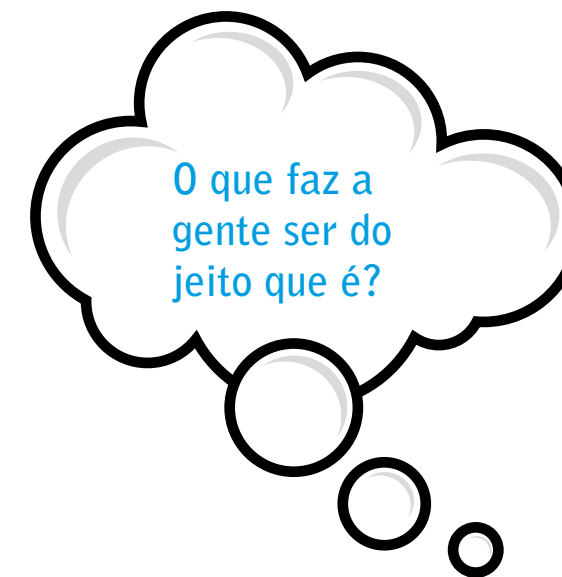
Nesta unidade você vai ver alguns conceitos sobre a construção das subjetividades, os diversos fatores que envolvem o desenvolvimento humano e os diferentes enfoques a respeito. Vai verificar também o caráter sempre social do desenvolvimento.

Esse contexto é importante, pois serve de balizamento para compreendermos as possibilidades sempre presentes de reposicionamento das pessoas frente às suas adversidades, como no caso dos desastres. Por fim, vai conhecer as possibilidades de atuação da Psicologia na organização dos abrigos pós-desastre e diante dos conflitos que podem surgir nessas situações.

Embora haja diferentes enfoques dentro da Psicologia, é consenso que o homem é um ser social que se constitui nas relações sociais. O bebê humano não nasce dotado de recursos que o permitam sobreviver sozinho. Assim, podemos afirmar que toda a Psicologia é social. Os programas de graduação de psicólogos em geral separam determinados cursos e os denominam de Psicologia Social. Trata-se de um recurso de organização curricular, apenas. Se entendemos a argumentação de que nos humanizamos num contexto sociocultural, então toda a Psicologia pode ser considerada Social.

Com a Psicologia, aprendemos sobre a organização de grupos, sobre a formação de estereótipos e preconceitos, sobre problemas na comunicação grupal, efeitos da pressão social sobre as pessoas e tantas outras temáticas ligadas às relações sociais.

FATORES DO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO



O debate sobre as causas ou fatores responsáveis pelo desenvolvimento humano está presente em diversas situações, mas, principalmente, naquelas onde é importante construir explicações sobre comportamentos.

Em junho de 2010, o jornal O Globo publicou reportagens sobre conhecido criminoso condenado por tráfico de drogas e vários outros crimes importantes. A reportagem rastreou companheiros de infância e colegas de colégio dele mostrando que a origem humilde e dificuldades financeiras não indicaram a eles o crime como alternativa de vida. Os amigos haviam enfrentado problemas, mas todos de uma forma ou de outra se mantiveram em atividades lícitas, com trajetórias modestas, porém legais, ao contrário do criminoso.

Como você pode perceber, casos como este reforçam a tese de que o meio é marcante, mas não é determinante.



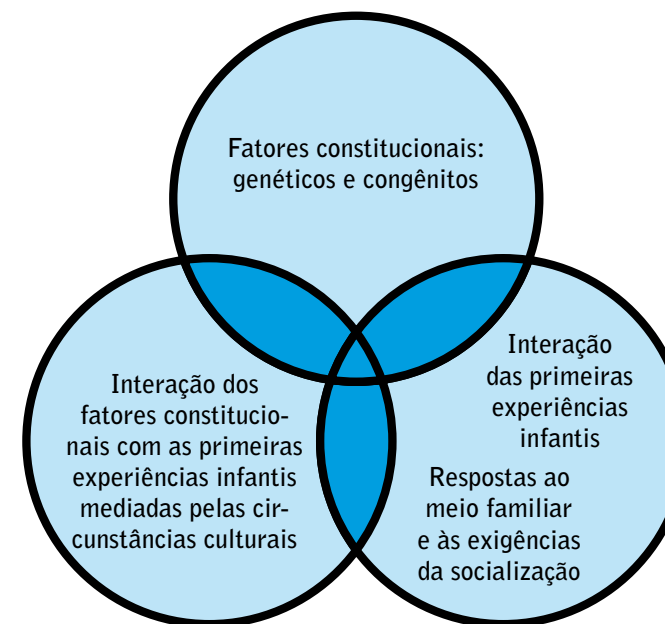
Irmãos, mesmo gêmeos idênticos, desenvolvem características comportamentais e modos de funcionamento psíquico diversos. Até mesmo os resultados de testes de inteligência, embora parecidos, podem ser diferentes. Gêmeos idênticos têm a mesma carga genética, são exatamente iguais do ponto de vista genético. Se o fator genético fosse soberano, agisse com exclusividade, então no caso dos gêmeos idênticos as semelhanças não seriam apenas físicas.

Recentemente, uma novela no horário nobre da Rede Globo apresentou como protagonistas dois irmãos gêmeos, exatamente iguais fisicamente, mas bem diferentes na maneira de funcionar, com profissões e humores diversos. Ou seja, a discussão de base acerca do tamanho da importância dos fatores ambientais frente aos biológicos, ou vice-versa, precisaria ser colocada em novo patamar, sem a pergunta sobre exclusividade (apenas um ou outro) ou porcentagem da participação de cada um.



O ponto de partida desta nossa discussão deveria ser a análise das múltiplas interações existentes entre os diversos fatores componentes da resultante final: os seres humanos.

DIAGRAMA DO FUNCIONAMENTO PSICOLÓGICO



Analisando o diagrama destacamos o conjunto formado pelos seguintes fatores:

1 - Fatores constitucionais, genéticos e congênitos

No subconjunto dos fatores genéticos, encontram-se as predisposições para determinados padrões metabólicos, para o aparecimento de certas doenças autoimunes, resistência a fatores alérgenos, limitações quanto à altura, preferências por certos alimentos, padrões de sono, ritmos biológicos, entre outros.

Os fatores congênitos, por sua vez, dizem respeito a ocorrências de eventos durante a gestação. Mesmo ainda dentro do útero, o bebê já interage com o ambiente externo, mediado pelo corpo da mãe, sem dúvida, mas desde já há uma interação importante.

2 - Primeiras experiências infantis mediadas pelas circunstâncias culturais

O segundo conjunto no diagrama aponta para a interação dos elementos constitucionais com o contexto cultural e social propiciando as primeiras experiências infantis fundamentais, como a amamentação, por exemplo.

A amamentação natural, oferecida pela mãe, não seria exatamente ou totalmente natural. Ocorre que as mães recebem várias informações sobre o aleitamento, algumas com base científica, dando conta de seus benefícios, e outras fantasiosas, que apontam para atitudes preconceituosas. Além disso, a disponibilidade para a experiência de aleitamento envolve antes a significação e a importância que estejam sendo atribuídas à maternidade.

Essa é uma questão emocional bastante delicada, para a qual concorrem diversos acontecimentos familiares, da relação com o parceiro e de expectativas e medos frente à novidade. Casos de fracasso no aleitamento devido à recusa por parte da mãe em amamentar são conhecidos. Algumas mulheres temem mudanças negativas na aparência pessoal, outras simplesmente não querem ter sua rotina diária atrelada ao compromisso de amamentar. Por outro lado, há casos de mães adotivas que conseguiram amamentar ao seio, após um treinamento especializado acompanhado por um forte componente motivacional. Ambas as situações envolvem intensos apelos emocionais.

Ainda muito precocemente, os bebês são confrontados pelos traços culturais dos contextos nos quais nascem. E a função materna, dentro dessa perspectiva, afasta-se do que seria denominado de natural, podendo ser definida como um conjunto de comportamentos e atitudes construídas e internalizadas.

Nos centros urbanos industrializados e com patamares civilizatórios mais sofisticados, a função materna vem sendo influenciada por discursos de especialistas em várias áreas ligadas à infância. No extremo oposto, encontram-se grupos com menos acesso às informações científicas e que tendem a repetir padrões de conduta aprendidos pela história oral, mais regionalizados, transmitidos de geração em geração.

3 - Interações das primeiras experiências infantis, respostas ao meio familiar e exigências da socialização

Socialização é o processo de ampliação das experiências do bebê e da criança com os demais membros de sua comunidade. A socialização é responsável pela apresentação das regras sociais, das regras de convivência, dos códigos de conduta.

A socialização primária acontece na família, e a secundária, nos ambientes ampliados, creches, escolas e espaços de convivência em geral. Durante esse processo e por toda a vida, o sujeito humano aperfeiçoa sua condição de sujeito social. Sofre e faz sofrer, pois o aprendizado e o ensino das regras é cerceador dos impulsos e desejos.



O bebê pequeno chora até ter sua necessidade satisfeita ou ser vencido pelo sono. Mais adiante aprende que precisa desenvolver outras formas de comunicação além do choro, que precisa negociar para ter o que deseja, ou, por vezes, trocar um mal maior por um mal menor. As exigências da socialização estão sempre presentes no desenvolvimento humano. Os mecanismos e estilos apresentados variam de família a família, de grupo cultural para grupo cultural. Mas a exigência de conformação é condição sempre presente.

As crianças aderem a algumas regras, rebelam-se contra outras. Os adultos insistem, cedem, castigam e premiam. E, nesse jogo constante as subjetividades vão se construindo.

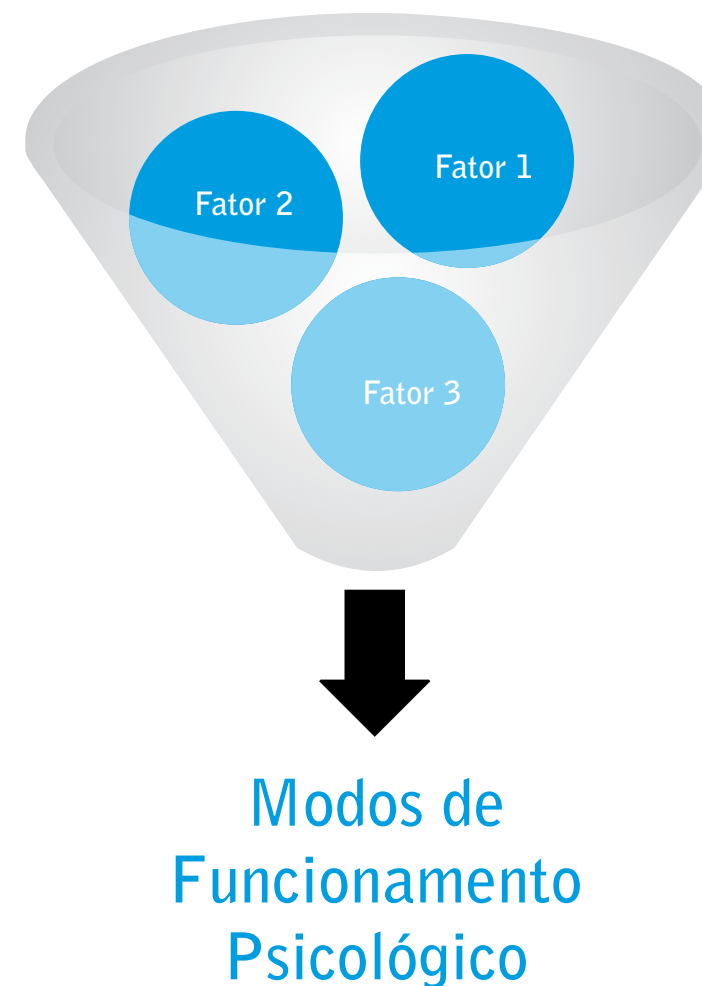
A mudança de um sistema de regras para outro impõe necessidade de adaptação.

Ao ingressar na escola, a criança precisará aprender as novas regras. Nem sempre é fácil. Certamente os esquemas aprendidos no espaço familiar são importantes, formam as bases para a assimilação dos modelos que virão a seguir. Frequentemente assistimos a entrevistas de pessoas famosas, artistas e escritores, atletas e profissionais bem-sucedidos, cujos depoimentos indicam a importância que as famílias tiveram em suas vidas.

O conceito de família precisa ser expandido para além da família biológica tradicional. Crianças em espaços de convivência em lares abrigados ou orfanatos tendem a selecionar substitutos das figuras parentais. Casais que se divorciam e retomam suas vidas com outros casamentos produzem situações nas quais são necessárias novas adaptações. Do ponto de vista psicológico, os rearranjos podem ser boas oportunidades para que os filhos construam novos relacionamentos.



Resumindo, somos do jeito que somos devido à extensa rede de interações entre os fatores apontados. No diagrama apresentado inicialmente, você pôde perceber que o espaço que representa o resultado final, o desenvolvimento propriamente dito, corresponde ao miolo central, onde todas as interações se cruzam. Esse resultado deve ser entendido como em constante movimento, sempre sujeito e passível de novas configurações, como mostra a ilustração ao lado.



DESENVOLVIMENTO HUMANO

ASPECTOS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO EMOCIONAL, COGNITIVO E SOCIAL

Ao nascer, o bebê humano enfrenta seus primeiros desafios. Ele não tem como prover para si os elementos necessários à sua sobrevivência. Permanece totalmente dependente de um outro ser humano.

Essa situação de dependência, digamos funcional, gera outra, de caráter emocional. O bebê e a mãe, ou alguém que a substitua, formam uma díade, ou dupla. Esse vínculo é reforçado a todo tempo, a cada mamada, a cada acolhimento. A qualidade desse acolhimento, sua capacidade de satisfazer as necessidades e tensões do bebê são as primeiras expressões humanas experimentadas por ele.

A palavra afeto, do verbo afetar, ser afetado por, designa esse conjunto de trocas inicialmente entre mãe e bebê, gradativamente expandido para outras relações, formando outros vínculos.

Com o desenvolvimento, a dependência absoluta da mãe vai cedendo lugar a outra, a uma dependência relativa. E aos poucos, se as condições de desenvolvimento forem favoráveis, a criança caminha na direção da autonomia.



O tempo desse processo é singular, varia de pessoa para pessoa. O ambiente, as regras de convivência social, os valores e as crenças de cada grupo familiar, estereótipos e preconceitos de

cada grupo cultural, entre outros fatores, criam um conjunto de condições dentro do qual as variações do desenvolvimento ocorrem. Mães acolhedoras e atentas às necessidades dos filhos, disponíveis para a resposta, contribuem para o estabelecimento de sentimentos de autoconfiança bem diferentes daqueles decorrentes de relações nas quais predominam ansiedade, ressentimento e desatenção.

Paralelamente ao desenvolvimento emocional, ocorrem outras mudanças, estas no plano da capacidade de conhecer e de se comunicar com o mundo. A comunicação entre a criança e os demais ganha em qualidade, à medida em que ela desenvolve a linguagem falada. Ela se torna mais hábil em dizer o que sente e principalmente em expressar suas emoções. Na mesma direção, ela também organiza melhor a raiva e as frustrações impostas pelas restrições do meio às suas demandas. Poder usar as palavras, conseguir fazer frases com sentido, fazer-se compreender pelos outros, tudo isso ajuda na organização das emoções.

A relação também se faz na direção contrária. Ou seja, sob efeito de forte emoção, tanto crianças quanto adultos podem apresentar dificuldades momentâneas para organizar o pensamento e a fala. Existe uma estreita relação entre emoção e **cognição***. A inteligência, a linguagem e a percepção são processos cognitivos.

A criança, prosseguindo na expansão de seus conhecimentos acerca do mundo e nas relações com as pessoas à sua volta, logo descobre que ambos lhe impõem restrições. Começa a se dar conta da existência de proibições, horários, limitações quanto ao manuseio de certos objetos e a determinados espaços.



Cognição

Termo que se refere à possibilidade humana de conhecer, pensar e raciocinar.

Dessa forma, a criança inicia bem cedo seu aprendizado das regras de convivência, o que convencionamos denominar de limites.

As trocas, as relações interpessoais com adultos e com outras crianças são moduladas por enquadramentos, reguladas por regras. A experiência com a regra vem acompanhada do sentimento de frustração, já que desejos e impulsos não podem ser extravasados sempre e a toda hora. Quando o adulto lhe tolhe algum movimento considerado inadequado, a criança experimenta a frustração. Será necessário aprender a conviver com esses limites. Inicialmente a imposição é vista como um cerceamento apenas autoritário, vindo de alguém superior.

Essa percepção da lei ou da regra imposta de cima para baixo é denominada heteronomia.

Enquanto predomina essa percepção, a criança poderá ter dúvidas quanto à possibilidade de modificar as leis. A rebeldia ou a submissão irrestrita podem ser as únicas alternativas. Na medida em que a visão heterônoma cede lugar à visão **autônoma**, a criança consegue se dar conta de que as regras podem ser modificadas, por ela ou por outras pessoas. Será possível discutir a adequação da regra, sua relevância, conversar sobre o motivo de tal ou qual lei, debater as noções de consenso, unanimidade e contraditório.

Como você pode ver, tanto nas relações com os pais quanto com educadores, uma pedagogia para a autonomia trabalharia nesse clima de debate e consenso.



Quando a criança é convidada a debater e construir/reconstruir as regras, observamos uma maior probabilidade na adesão consciente, diferente da rebeldia ou da obediência por medo da punição. A esse processo denominamos desenvolvimento social/moral.

Sujeitos morais são aqueles que compreendem as regras e se por acaso delas discordam o fazem através do debate, pressupondo o contraditório.

O quadro geral de uma pedagogia para a autonomia envolve firmeza na imposição de limites e abertura irrestrita ao diálogo. É preciso facilitar a construção e a compreensão das regras, ao invés de exigir obediência submissa.



PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO



Você viu até agora que o processo de socialização, de inserção da criança na sociedade, começa na família e se expande para outros espaços de convivência, para as creches, escolas e lugares de convivência em geral, até mesmo nos abrigos montados após um desastre.

Todos esses espaços funcionam com regras, mais ou menos rígidas, mais ou menos flexíveis, com diferentes possibilidades de remanejamento. Os espaços familiares, em geral, tendem a ser mais carregados de emoção do que os demais.

Não é raro encontrarmos crianças que quando estão com a família são muito dependentes e sempre precisam de ajuda nas tarefas rotineiras, mas que surpreendem quando estão na escola, onde se mostram mais autônomas. O espaço da escola oferece e exige outro contexto de resposta, mais racional. É preciso aprender a dividir, esperar a sua vez, se defender, porém estudando a melhor forma. A resistência à frustração recém-iniciada será fundamental nesse processo.

ATENÇÃO!

A socialização implica um processo conhecido como descentração, a tomada de consciência de que não se é o centro do mundo. Do ponto de vista da cognição, esse desenvolvimento é fundamental, pois permite pensar os objetos em relação uns aos outros. A interação com os outros ao longo do desenvolvimento fará com que surjam os conflitos.

As trocas interpessoais, as interações com adultos e com outras crianças através da linguagem, dos jogos, do intercâmbio de brinquedos, favorecem a descentração cognitiva. A inserção das crianças pequenas em processos educativos e a participação em grupos tende a facilitar o desenvolvimento da linguagem, da inteligência e do pensamento, exatamente por fortalecer a descentração cognitiva. A interação com crianças da mesma faixa etária estimula a aprendizagem.

O contato entre pares tem se mostrado importante motor do desenvolvimento, além de facilitar as aprendizagens em geral, as habilidades motoras, o manejo com jogos de construção, a linguagem e principalmente as trocas afetivas reguladas pelo princípio da troca, e não apenas da obediência, modelo que por vezes impera nas trocas entre crianças e adultos.

Você saberá mais sobre essas dicas de funcionamento psicológico adiante, quando vamos nos referir à organização de abrigos e ao planejamento de atividades para as crianças.



A NOÇÃO DE CONFLITO

Sabemos que escolher entre duas coisas, objetos, pessoas ou situações quando uma das duas apresenta apenas aspectos positivos e a outra apenas os negativos é bem fácil. Entretanto, nem sempre ou quase nunca é assim. Quando temos que decidir por uma situação e esta se apresenta com duas valências, vetores opostos, ou seja, são ao mesmo tempo boas e ruins, aí temos um conflito.

Conflito, situação conflitiva, impasse ou confronto são expressões que denotam a presença, concomitante, de valores opostos.



Os conflitos vão surgir muitas vezes ao longo da vida, e como você vai ver a seguir, particularmente em situações de desastre. É sobre essas questões relacionadas a aspectos psicológicos e Defesa Civil que passamos a tratar agora.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE DESASTRE

Em situações nas quais são necessárias remoções, em domicílios indicados como de risco, por exemplo, frequentemente os agentes responsáveis se veem frente à difícil situação de conseguir a cooperação exigida.



A noção de conflito nos ajuda a compreender o motivo pelo qual as pessoas resistem em sair de suas casas, apesar de compreenderem os riscos de permanecer nelas. Compreender a situação e não apenas rotulá-la como teimosia ou ignorância ajuda bastante.

Conversar com as pessoas, oferecer uma escuta que seja compreensiva e não apenas crítica pode ajudar. É preciso também oferecer o máximo de informação possível. Nesse ponto, bem como em vários outros, o trabalho durante as fases de preparação e prevenção é fundamental. Pessoas que possam ter desenvolvido paulatinamente uma percepção de risco mais ampliada enfrentam os conflitos com menos sofrimento.

É importante ressaltar que todas as ações da equipe multiprofissional que lança mão de recursos teóricos da ciência psicológica precisam se orientar pela ética da vida, da preservação da vida e de sua melhoria, principalmente entre os menos favorecidos, cujo cotidiano, mesmo antes de qualquer desastre, já indicava a necessidade de índices mais favoráveis.



ATENÇÃO

É certo que desastres podem acontecer em qualquer classe social, terreno ou geografia. Podem acometer indivíduos em qualquer faixa etária.

ria. Porém, os grupos vulneráveis sempre necessitarão de apoio adicional. Compromisso social e as ações de Defesa Civil são, nesse sentido, indissociáveis.

A ORGANIZAÇÃO DE ABRIGOS

Como você sabe, a organização de abrigos frequentemente se impõe como necessidade em situações de desastres, nos quais tenha havido desalojados ou desabrigados. Muitas vezes a situação é tão dramática que as necessidades imediatas tomam todo o espaço e atenção. Os agentes responsáveis e os voluntários precisam, então, de algumas diretrizes para as primeiras providências.



Garantir o provimento de água e boas condições de higiene, a manutenção de temperatura adequada às circunstâncias ambientais e a questão da segurança, que é fundamental, são itens iniciais.

Entretanto, é necessário dar atenção a outras situações igualmente importantes. A necessidade de segurança das pessoas é primariamente determinada pela relação afetiva estabelecida com quem está à sua volta.

No caso específico do abrigo, a organização do espaço deve privilegiar a condição de aglutinação familiar ou de vizinhança.



ATENÇÃO

Algumas vezes, poderia parecer mais fácil a separação das pessoas por faixa etária ou por gênero, mas essa aparente facilidade pode acarretar uma grande fratura nas condições emocionais, já combalidas pelas perdas anteriormente sofridas.

Num cenário de desatenção às questões emocionais, não raro surgem sintomas ligados à depressão nos adultos e à regressão nas crianças.

Pessoas adultas, antes assertivas e que até poderiam auxiliar na manutenção do cotidiano do abrigo, tornam-se apáticas. E crianças maiores, que já se alimentavam sozinhas, não usavam mais mamadeiras ou fraldas, podem vir a demandá-las novamente, num claro sinal de regressão temporária e reativa às circunstâncias de separação das figuras de apoio e segurança.

Na área da imunologia, sabemos que circunstâncias emocionais desfavoráveis diminuem a resistência às doenças autoimunes e às infecções em geral. A situação pós-desastre já indica potencial para o rebaixamento das resistências emocionais.

ATENÇÃO!

Uma organização do espaço do abrigo que procure contemplar necessidades emocionais, no mesmo patamar de importância das demais necessidades, ajuda bastante na etapa da resposta e também na de reconstrução.

A tentativa de manter, sempre que possível, laços familiares e de amizade fortalece as resistências às situações adversas, contribuindo para patamares mais altos no que concerne à resiliência, individual e coletiva.

Por tudo isso, é fundamental que agentes e voluntários estejam informados e sensibilizados para o tema abordado nesta seção.

Outro aspecto cabe ser mencionado aqui. Trata-se da organização das atividades cotidianas. Você viu que pessoas emocionalmente mais seguras podem vir a colaborar com mais **assertividade***.

E como fazer isso?

O planejamento de horários de refeição e higiene, bem como o de eventual recreação, obedece às condições disponíveis no cenário de cada abrigo. Isso vai depender das ofertas disponíveis no conjunto geral dos recursos. Entretanto, e sempre que possível, seria desejável que se envolvessem os abrigados na tomada de decisão sobre como planejar as atividades.

Você viu anteriormente a importância das decisões compartilhadas, e aprendeu também que, ao serem construídas em conjunto, as regras tendem a ser observadas com mais adesão e com menos transgressão.

Chamar os abrigados para pactuar as regras é uma boa prática. Talvez isso gere algum conflito aqui e ali e exija mediação por parte dos agentes. Mas vale a pena tentar! Dependendo da dinâmica e da força da mobilização comunitária prévia ao desastre (e realizada na fase de preparação), as lideranças comunitárias poderão, e muito, facilitar este processo.



Assertividade

Qualidade do que é assertivo. Afirmativa ou asserção naquilo que se acredita ser verdadeiro.



PSICOLOGIA PARA UMA ÉTICA DO CUIDADO



Ao trazermos essas reflexões sobre a Psicologia e processos constitutivos, de como nos tornamos o que somos, estamos querendo construir a concepção de que somos diferentes, e na diferença somos também iguais.

Cada um de nós, a partir de determinadas condições de existência, demarca uma forma de vida, dentre outras inúmeras formas humanas e não humanas. Essas diferenças se refletem em escolhas e opções de modos de vida que nem sempre eu ou você compartilhamos, mas que não são certas e tampouco erradas; constituíram-se a partir de determinadas circunstâncias.

Você já pensou o que faz alguém morar em uma área, considerada por outro alguém (detentor de um dado conhecimento) como uma área de risco?

Os aspectos são inúmeros e dependem de cada contexto e lugar. Aspectos históricos, sociais, individuais e culturais precisam ser considerados de acordo com aquela realidade sobre a qual estamos perguntando. Os motivos que levam uma família que mora em uma área de risco em uma comunidade de Alagoas podem ser bem diferentes dos motivos de uma outra família numa comunidade de Roraima.

ATENÇÃO!

Quando ponderamos que existem diferenças nos modos como nos constituímos enquanto crianças, somos levados também a considerar que predominam diferenças nas escolhas e modos de vida que adotamos ao longo da vida, nas mais di-

versas situações, onde se implicam, certamente, diversas características sociais e ambientais.

A Psicologia contribui com este olhar que compreende os seres humanos como seres singulares, diferentes uns dos outros, que vivem em determinados contextos e se relacionam com o mundo de inúmeras e incontáveis maneiras. Auxilia ao nos mostrar, assim como em outras áreas do conhecimento, que os valores culturais mediam nossas relações uns com os outros e com o ambiente. Por isso, um índio no Xingu vive de uma forma diversa de outra pessoa no Japão, de outra em Joinville, e assim por diante.

A cultura se implica nas nossas práticas cotidianas, e nós continuamos a transformar e reproduzir esses valores conforme vivemos. Não nascemos prontos e acabados, vamos nos tornando, assim vamos também reproduzindo aquilo que aprendemos e mudando nossas atitudes conforme aprendemos. Somos afetados pelas situações que vivemos; experienciamos formas diferentes de ver e de viver.

Quantas pessoas depois de passarem por uma situação de medo deixam de repetir aqueles velhos hábitos que produziam o medo? Já pensou nisso?

Pensamos, é verdade, mas não é só o pensamento que faz de nós o que somos. Sentimos, imaginamos, percebemos, criamos, sonhamos, portanto, nossas ações não são apenas fruto de nossa razão. Muitas pessoas sabem que estão expostas ao risco e continuam no mesmo lugar; isso acontece porque outras dimensões balizam nossas ações.

ATENÇÃO!

Há situações em que gerações de uma família habitaram certo lugar e os laços afetivos são tão fortes que a pessoa prefere morrer a deixar sua casa. Nesses casos, é preciso usar de outras ferramentas que não partam apenas da razão, pois nem sempre ela funciona ou é soberana. Compreender é aceitar o outro como ele é, a partir do seu ponto de vista, e não do nosso (vamos convir, uma tarefa bem difícil!). Agir com compreensão é respaldar-se numa ética do cuidado, cuidado ao outro na sua singularidade, na sua diferença, de forma plena.



Porém, em primeiro lugar, temos que nos lembrar que é preciso aprender a desenvolver a percepção de risco, minimizar os riscos e aprender a conviver com as ameaças que estão à nossa volta.

Nossas ações e escolhas repercurtem, portanto, na nossa vida e também nas outras vidas que nos cercam, assim, somos todos, em certa medida e de acordo com cada situação, responsáveis pelas práticas de cuidado, manutenção e preservação da vida, da nossa e de outras pessoas.

Essas práticas, baseadas em valores, configuram e constituem uma ética. Uma ética que pode nos auxiliar na busca de soluções para os problemas que enfrentamos, que nos compromete um com o outro e com a vida de modo geral.

Baseados nesta ética do cuidado mútuo com a vida é que devemos atuar para preservá-la, pois, se não preservarmos a vida, como poderemos preservar a nós mesmos? Como poderemos cuidar de nós se não cuidamos daquilo do que dependemos para viver?



Nós, seres humanos, temos a tendência de nos agregar para conviver, para compartilhar espaços, físicos e simbólicos. Nessa condição, nos respaldamos por alguma ética que norteia essas relações, senão não conseguiríamos viver juntos. Sugerimos aqui que esta ética seja a ética do cuidado, para que nossas relações frutifiquem condições que nos tornem mais saudáveis, capazes e seguros.

Sabemos que existem outras maneiras de viver cerceadas pela submissão, dependência, exploração, onde o que importa é o acesso ao consumo, o bem viver individual, a prosperidade pessoal, o conhecimento unilateral, a partir das quais as situações de desastres deveriam ser meramente evitadas por meio de recursos instrumentais e tecnicistas eficazes. Essa perspectiva entende a eficácia desarticulada dos outros saberes existentes na sociedade e do compromisso social da técnica com a ética.

FINALIZANDO



Você acabou de ver nesta unidade as teorias sobre o desenvolvimento humano e suas implicações em termos de crenças, preconceitos e estereótipos. Viu também as implicações desses conceitos para a convivência entre as pessoas e para o balizamento das ações sociais em geral e da Defesa Civil em particular, e compreendeu que a intervenção da Psicologia nas ações de Defesa Civil precisa se basear num posicionamento ético sempre comprometido com o interesse coletivo e com uma ética do cuidado.

Se necessitar, releia o texto e, caso tenha dúvidas, entre em contato com seu tutor. Realize as atividades através do AVA, participe do Fórum de Discussão e converse com seus colegas pelo *chat*.

Bons estudos!

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e Direitos Humanos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; LENY, Sato (Org). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

KESSERLING, Thomas. **Piaget**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LA TAILLE, Yves. **Piaget, Vigotsky e Wallon**. São Paulo: Summus, 1992.

MOLON, Suzana Inês. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. Petrópolis: Vozes, 2003.

WINNICOTT, David. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

UNIDADE III

PSICOLOGIA NA GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS DE DESASTRES: AÇÕES DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final desta unidade, você será capaz de:

1. Compreender a importância das etapas de prevenção e preparação na gestão de riscos de desastres.
2. Compreender e operar com o conceito de resiliência.
3. Reconhecer e desenvolver ações de mobilização comunitária visando o aumento da resiliência.
4. Identificar as prioridades de ação determinadas pelo Marco de Hyogo.
5. Cuidar dos aspectos técnicos da comunicação comunitária, como agente ou gestor de Defesa Civil.
6. Fazer e orientar a execução de um plano de contingência.
7. Reconhecer as possibilidades de trabalho do psicólogo dentro do conjunto de ações de Defesa Civil.
8. Sendo psicólogo, atuar no contexto de um plano de contingência.
9. Não sendo psicólogo, reconhecer e respeitar o trabalho de um psicólogo.

INICIANDO O DIÁLOGO



O conceito de risco de desastre está estreitamente relacionado à exposição a determinadas ameaças e, fundamentalmente, às condições de vulnerabilidade de uma dada população. Os países pobres tornam-se mais vulneráveis aos desastres, uma vez que dependem em maior grau dos recursos naturais e possuem menos condições para lidar com estes eventos quando eles ocorrem, e com os impactos negativos decorrentes. Contudo, ninguém está livre dos riscos e, por vezes, é necessário conviver com eles. Para tanto, é preciso que estes riscos sejam gerenciados e é o que você vai ver nesta unidade.

GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS DE DESASTRES

A gestão integrada de riscos de desastres diz respeito à identificação, mapeamento e análise dos riscos aos quais determinadas comunidades e pessoas estão expostas, de modo a elaborar programas, planos e medidas com a finalidade de prevenir e diminuir os riscos relativos a esta exposição. Falamos em gestão integrada, já que são várias as dimensões, aspectos e fatores que atuam na produção do risco e do desastre e que precisam ser articulados em um todo.

Os riscos e os desastres não pertencem somente a determinadas categorias profissionais ou áreas de conhecimento, demandam ações interdisciplinares, capazes de articular diferentes saberes e práticas, principalmente aqueles advindos das populações que ocupam áreas de risco ou estão em situação de risco. Afinal, são estas pessoas que enfrentam o risco do desastre cotidianamente e que precisam estar preparadas para lidar com

estas situações, sendo capazes, também, de participar dos processos decisórios que se relacionam às suas próprias vidas.

Como minimizar os riscos de desastres?

Sabemos, hoje, que para minimizar os riscos de desastres precisamos trabalhar juntos e isso não pode ficar apenas como um desejo utópico, certo proselitismo ingênuo, que tantas vezes imperou nos discursos de alguns gestores. As ações de Defesa Civil na redução dos impactos dos desastres, bem como do sofrimento humano que antecede e decorre destas circunstâncias, necessitam do concurso de outras instâncias, entidades e organizações, públicas e privadas. As ações e intervenções não podem, por sua vez, constituir empreitadas isoladas, pois além de elevados custos econômicos, se produzirão elevados custos sociais, sem repercutir em resultados eficazes.

Um bom exemplo para pensarmos a necessidade de uma gestão integrada de risco são as queimadas que estão ocorrendo em vários municípios brasileiros. Você pode pensar que as queimadas ocorrem porque o ar está demasiado seco e, por isso, nada podemos fazer. Pode pensar que para lidar com os riscos, basta acionar o Corpo de Bombeiros e esperar chover.

Entretanto, já aprendemos no primeiro capítulo que não existe desastre natural. No caso das queimadas, há a intervenção de produtores agrários que, ao buscar expandir o território para seus agronegócios, deflagram incêndios florestais, chegando a causar imensuráveis danos à



biodiversidade local, aos moradores e prejuízos econômicos e à saúde de modo geral. Observamos nesse caso a interação do ser humano com os aspectos climáticos locais, intensificando a expansão das queimadas e seus impactos.

Uma gestão integrada de riscos envolveria:

Legislação ambiental adequada para coibir estas práticas, especialmente em períodos de seca; educação ambiental que favoreça a inserção de outras práticas agropecuárias, transformando os valores culturais subjacentes que as estimulam; ações de prevenção e preparação realizadas pela Defesa Civil junto às comunidades, agricultores e pecuaristas, de modo a prepará-los para enfrentar a situação de queimadas e mobilizá-los para preveni-las; a inserção do tema de forma transversal no contexto escolar; preparação dos setores de saúde para atendimento da população afetada em decorrência das queimadas; articulação com o Corpo de Bombeiros para monitoramento e acompanhamento das ações de prevenção e preparação; e atuação dos demais órgãos da gestão pública responsáveis pela fiscalização destas práticas.



Para promover a articulação entre estes diferentes atores e protagonistas é necessário mobilizá-los para o enfrentamento e gerenciamento do risco de desastres. Por isso, você vai ver que mobilização comunitária, prevenção de desastres e resiliência são as palavras-chave desta unidade. O que queremos a partir destas ações é construir comunidades mais seguras e construir redes de proteção social para garantir direitos e preservar vidas.

O que caracteriza uma comunidade como segura?

Por comunidades mais seguras podemos entender aquelas em que as autoridades políticas e civis, as organizações públicas e privadas, os empresários, trabalhadores, classes profissionais e a sociedade dedicam constantes esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população; estabelecem uma relação harmoniosa com o meio ambiente físico e natural e expandem os recursos comunitários para melhorar a convivência, desenvolver a solidariedade, a cogestão e a democracia (OPAS, 1996).



Leia o texto da OPAS
<http://www.cidadessaudaveis.org>

RESILIÊNCIA DE COMUNIDADES – UM CONCEITO ESTRUTURANTE EM REDUÇÃO DE DESASTRES

O conceito de **resiliência**, já citado no século VIII pelo físico Thomas Young, está associado com a capacidade de sofrer uma pressão sem quebrar e nem apresentar deformidade estrutural.

No entanto, é surpreendente como o uso deste termo, restrito até pouco tempo atrás ao mundo acadêmico e especializado, vem ganhando eco e popularidade em várias áreas do conhecimento, com diversas interpretações.



É interessante observarmos que esta assimilação da palavra resiliência ocorre num momento singular para a humanidade: momento em que a finitude dos recursos naturais e a ameaça à sobrevivência das próximas gerações se torna cada vez mais presente; tempo em que a dimensão, frequência e impacto de acidentes de origem natural e antropogênica chamam a atenção para a causalidade complexa que está por trás



Na Física, resiliência se refere a essa propriedade de materiais, que se evidencia ao se aplicar sobre eles alguma energia mecânica; na Biologia, refere-se à capacidade dos sistemas biológicos de não colapsar e nem passar para uma condição diferente, controlada por processos diferentes, diante de forças que tendem a perturbar o sistema; na Saúde Mental, por outro lado, está relacionada à capacidade de resistir a pressões e traumas, mantendo a integridade psíquica. Em todos os casos, é um atributo que se manifesta quando ocorre uma confrontação entre forças desestabilizadoras e um material ou sistema, o qual não se deixa corromper por essas forças.

da ocorrência dos desastres e que, embora o desenvolvimento tecnológico possa criar soluções para promover a redução dos desastres em todas as suas fases (prevenção, preparação, resposta e reconstrução), o outro fator da equação - a vulnerabilidade humana - vem aumentando significativamente.

Além do aumento no número de pessoas expostas aos riscos, as modificações ambientais, a variabilidade climática e as questões socioeconômicas contribuem para o aumento da vulnerabilidade de certos grupos populacionais e da humanidade como um todo. O próprio processo de globalização, que vem acentuando as desigualdades e ignorando os valores e a cultura locais, contribui para o esquecimento da experiência e do saber local, que com frequência representam um recurso de proteção das comunidades tradicionais.

Assim, este fenômeno aparentemente semântico da utilização cada vez mais ampla do conceito de resiliência guarda uma profunda relação com uma **mudança de paradigma** no sentido da complexidade, que vem acontecendo desde o século passado.

Esses atributos também se aplicam às comunidades, consideradas como organismos vivos, pois podem apresentar uma grande capacidade de se adaptar, de se auto-organizar espontaneamente a partir da interação entre seus membros, sem um controle central. A palavra básica para se lidar com sistemas e condições complexas é **integração**. Por serem sistemas multifacetados, para a sua compreensão é necessário lançar mão de diversos olhares – institucionais e de diferentes áreas do conhecimento - porém articulados e com um objetivo comum.

Dentro do tema Redução de Desastres, a introdução do conceito

resiliência de comunidades é relativamente recente e ainda está em processo de assimilação, tanto por países quanto por instituições.

A EIRD define a resiliência como sendo “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a perigos de se adaptar, resistindo ou mudando, de forma a atingir e manter um nível aceitável de funcionamento e estrutura”. E a definição prossegue: “Isto é determinado pelo nível da capacidade que o sistema social tem de se organizar para aumentar sua capacidade de aprender com os desastres passados para sua proteção futura e melhoria das suas medidas de redução de risco”.



A CONFERÊNCIA DE YOKOHAMA

A Conferência de Yokohama, promovida pela EIRD em 1994, ressaltou a importância dos aspectos socioeconômicos no processo de prevenção de desastres. A partir de então, as discussões deixaram de ser centradas exclusivamente nos aspectos técnicos e científicos e passaram a incluir a vulnerabilidade de populações e seus fatores sociais – as tradições culturais, as crenças, as questões econômicas, a confiança, o comprometimento político e assim por diante.

Dessa forma, a conferência foi um divisor de águas e configurou a estratégia da forma como hoje a conhecemos, a qual enfatiza que o desastre não é simplesmente o resultado de um evento natural (chuva) ou tecnológico (vazamento) e sim, algo que se inicia antes do evento, algo que se relaciona com o nosso modelo de desenvolvimento, o qual reforça

SAIBA MAIS

Schnitmann (1996) descreve esta mudança como sendo “(...) o término de uma visão da história determinista, linear, homogênea, e do surgimento de uma consciência crescente da descontinuidade, da não-linearidade, da diferença”. Assim, conceitos emergentes neste período, como desenvolvimento sustentável, variabilidade climática e resiliência só são compreendidos à luz de relações sutis de causa e efeito ao longo do tempo, ou seja, das pequenas mudanças que causam grandes impactos.

Santaella (2008) cita os sistemas psicossociais humanos como exemplos da maior complexidade, nos quais as relações de causa e efeito são sutis ao longo do tempo; podem haver enormes diferenças entre os efeitos de curto e longo prazo, entre os efeitos locais e globais; os resultados de intervenções óbvias podem não ser óbvios; sistemas que apresentam comportamentos emergentes difíceis de prever e nos quais pequenas modificações da condição inicial podem causar grandes mudanças no resultado final.

a utilização irracional dos recursos naturais, as desigualdades sociais e enfraquece os recursos locais ao promover a homogeneização cultural por meio da globalização e suas assimetrias.

Na verdade, a grande mudança ocorrida na Conferência de Yokohama foi um alinhamento às propostas de promoção do desenvolvimento sustentável anunciadas na Conferência do Rio - ECO92, na Agenda 21 e que também foram determinantes na elaboração das Metas de Desenvolvimento do Milênio, em 2000. A prevenção tornou-se, a partir de então, uma meta prioritária, ratificada na Conferência de Hyogo em 2005.

O MARCO DE HYOGO

O Marco de Hyogo enfatiza a importância de uma resposta estruturada com base no planejamento integrado e com o suporte tecnológico adequado, como também nas redes e atores sociais locais; no planejamento e ação interinstitucional em todos os níveis, do local ao planetário; na importância da construção de plataformas nacionais a partir do estabelecimento de uma rede que articule as instituições que atuam nesta área.



O Marco de Ação para o período de 2005 a 2015, estabelecido em Hyogo, Japão, se baseia na colaboração e afirma: desastres podem afetar qualquer pessoa e, portanto, isso é do interesse de todos nós. A redução do risco de desastre deve fazer parte da tomada de decisão cotidiana: desde a forma como educamos nossos filhos até como planejamos nossas cidades. Cada decisão pode nos tornar mais vulneráveis ou mais resilientes.

Dentre as diferentes propostas para aumento da resiliência de comunidades, algumas com foco mais econômico e outras numa vertente mais social, encontra-se o modelo inicialmente proposto por Mayunga (2007), que é interessante por estabelecer com clareza a correlação entre as variáveis relativas às comunidades com a resiliência destas. Esse modelo correlaciona a resiliência a cinco capitais:

- **O capital humano**, cujos indicadores são a educação, o conhecimento, a informação; está relacionado à capacidade de compreender os riscos da comunidade, assim como de desenvolver e implementar estratégias de redução de desastre.
- **O capital social**, cujos indicadores são a confiança, a adequabilidade das normas e redes sociais; está relacionado com a coordenação de ações, a cooperação e o acesso aos recursos.
- **O capital econômico**, cujos indicadores são a taxa de bens seguros, as economias, os investimentos; está relacionado com a redução da pobreza e a velocidade de reconstrução.
- **O capital físico**, que tem como indicadores a moradia, os prédios públicos, de comércio e indústria; está relacionado com a segurança, a comunicação, o transporte e a facilidade da realização dos planos de evacuação.
- **O capital natural**, cujos indicadores são os recursos representados pela qualidade da água, da terra e dos serviços dos ecossistemas; está relacionado com a proteção contra enchentes e deslizamentos e a proteção do meio ambiente.

Mayunga propõe um índice de resiliência de comunidades que na verdade tem um valor maior no sentido de uma comparação da evolução da comunidade ao longo do tempo, do que na comparação com outras comunidades.



A resiliência inclui dois grandes aprendizados: aquele a respeito dos riscos e da prevenção, que ocorre basicamente nos tempos de paz, e o aprendizado que acontece no momento das crises e que frequentemente nos dá clareza sobre o que deve ser melhorado nas fases de prevenção e reconstrução.

O esforço realizado durante o intervalo entre a ocorrência dos desastres se manifesta, no momento da crise, por meio de várias ocorrências que servem como indicadores de resiliência, dentre elas:

- Uma alta taxa de retorno às moradias seguras ocupadas antes do evento.
- Retorno ao trabalho anterior, demonstrando a baixa incidência de processos de falência.
- A recuperação dos recursos da comunidade, que depende em parte da redundância nas atividades econômicas e redes sociais, da existência de seguros, do grau de confiança e de solidariedade. A maior participação comunitária nas fases de prevenção, preparação, resposta e reconstrução aumenta o aprendizado social com o desastre e facilita o planejamento e a implantação de medidas de prevenção e proteção.

Uma comunidade menos resiliente já se encontra desprovida de recursos no estado inicial pré-evento (tempestade, terremoto, etc.) quando comparada a uma comunidade resiliente, que certamente tem os seus capitais mais estruturados e efetivos no sentido da prevenção dos desastres e na redução dos seus impactos durante as quatro fases. Mayunga observa que o estado final da comunidade resiliente é superior ao estado inicial, uma vez que houve um aprendizado com o infortúnio, enquanto que a comunidade menos resiliente não consegue e se encontra ainda mais fragilizada do que no estado inicial.

Contudo, a resiliência tem outros pilares de extrema importância além das questões socioeconômicas e das tecnologias sociais, sendo um desses pilares a institucionalização do planejamento de ações e a inserção do tema nas políticas públicas, articulando diferentes órgãos de governo entre si e com a sociedade de forma geral.

Você pode perceber que a construção de uma cultura de redução de desastres e de cidades resilientes, considerada fundamental para a segurança das populações humanas, conforme proposto pela ONU, só se concretiza com forte envolvimento institucional e vontade política. A tecnologia, outro pilar fundamental, provê instrumentos e modelos para o monitoramento dos eventos naturais, fontes de perigo e mesmo o comportamento social diante do risco e do evento adverso.



SAIBA+ MAIS+

A Política Nacional de Defesa Civil (2007) no item I - Condições discorre sobre os fatores que aumentam a vulnerabilidade das populações aos desastres e no sub-item 13 enfatiza a "importante interação entre desenvolvimento sustentável, redução de desastres e bem-estar social". Da mesma forma, a 1ª Conferência Nacional de Redução de Desastres, em 2009, com ampla participação social, foi um importante passo no sentido de mostrar para a ONU e outros organismos internacionais a decisão do Brasil de criar uma nação resiliente a desastres por meio da ampla conscientização e participação. Esta decisão vem sendo ratificada por iniciativas como a realização das oficinas de comunicação de risco, a promoção de campanhas Cidades Mais Seguras e a criação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - Renec.

O Marco de Hyogo também estabelece que devem ser criadas plataformas nacionais envolvendo diferentes setores para fornecer subsídios para políticas de redução de desastres e coordenar as atividades. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) propõe "uma ação integrada e global", que favorece e a resiliência em todos os níveis – do municipal ao federal – uma vez que todos os níveis de governo estão ali representados e com suas atribuições definidas, sendo especialmente enfatizada a participação da instância onde o desastre se inicia, o município, o que representa, em última análise, o fortalecimento da participação comunitária, da mobilização social, da formação de redes.

O alinhamento das questões relacionadas com resiliência de comunidades às tendências internacionais e o cumprimento dos compromissos assumidos com a assinatura do protocolo de Hyogo vêm sendo atendidos gradativamente por meio da inclusão de iniciativas para a criação de uma cultura de redução de riscos, dentre elas, a criação e apoio ao funcionamento das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, a capacitação de coordenadores municipais e dos agentes dos núcleos de defesa civil.



Então, você pôde apreender do que foi escrito anteriormente que alguns aspectos da resiliência são específicos, como por exemplo, a resiliência a desastres depende de planejamento e ações que levem em conta aspectos específicos dos desastres, como a necessidade de sistemas de monitoramento e da realização de simulados de campo. Entretanto, há um outro aspecto mais geral, que precede o da resiliência a desastres, que é a resiliência ao próprio viver, às crises da vida em geral – essa resiliência é promovida pelo desenvolvimento no sentido mais completo da palavra, ou seja, o crescimento econômico associado ao respeito à dignidade humana e ambiental, enfim, da vida no planeta.

A Psicologia (e não somente ela, pois aqui salientamos áreas afins como Serviço Social, Sociologia, Pedagogia, etc.) dispõe de ferramentas adequadas para integrar-se a este processo de gestão e, inclusive, motivá-lo nos mais diversos setores sociais. Tem condições de promover diálogos, de incentivar a partilha de ideias, de conduzir processos relacionados à subjetividade humana, principalmente no que se refere a uma gestão que conduza à autonomia e à autogestão das próprias pessoas envolvidas.

Ao mobilizar pessoas e organizações para prevenir desastres, atuando sobre os riscos, construímos uma cultura de redução de riscos. Uma cultura que se sustenta na percepção sobre os riscos. Prevenção e cultura de redução de riscos se mesclam, se constituem mutuamente.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE PERCEPÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES

A percepção é o processo de interpretar, organizar e selecionar os estímulos e informações que recebemos do ambiente em que estamos inseridos. Todo ser humano tem a capacidade de percepção, a qual está relacionada aos seus processos cognitivos e afetivos, constituindo os seus comportamentos. Como processo, a percepção se transforma, se desenvolve, se amplia, dependendo da qualidade das relações dos seres humanos uns com os outros e deles com o meio ambiente. Então, não está pronta e nem acabada, a percepção muda!



Se ela depende das relações que estabelecemos, de nossa história individual, do nosso desenvolvimento cognitivo e emocional, dos conhecimentos disponíveis e das características culturais do contexto em que vivemos, você verá que não há também uma percepção única, mas percepções. Percepção que depende das lentes culturais que usamos, ou seja, dos valores, crenças e significados que compartilhamos em um dado contexto social.

Nossas percepções sobre a realidade estão relacionadas com o modo como aprendemos a ver o mundo, a partir de nossas experiências anteriores e também do modo como fomos educados. Por isso, a percepção é efeito da cultura e determina nossos comportamentos, orientando nossa tomada de decisão referente ao que se percebe. Como disse Milton Santos: “O homem não vê o mundo a partir do

universo. O homem vê o universo desde um lugar”.

O risco não é um mero estímulo físico objetivo que pode ou não ser percebido independente das pessoas que o veem. Se a percepção é culturalmente constituída, a percepção do risco também o é. Assim, o risco e a **percepção de risco** são resultados de construções sociais, tendo uma dimensão física, subjetiva e multidimensional.

Por cultura de redução de riscos entendemos um conjunto de práticas sociais acerca da proteção social com relação aos riscos de desastres. Trata-se, portanto, de hábitos e comportamentos que promovam a redução de riscos, por meio da minimização das ameaças e vulnerabilidades, potencialização das capacidades e garantia de proteção e segurança social.

Propomos também uma mudança cultural no sentido de inverter a lógica centrada no desastre para uma lógica fundamentada na gestão integrada dos riscos de desastre. Entretanto, o enfoque de ações em Defesa Civil, por outros setores e pelos meios de comunicação de massa, por vezes, tem se centrado exclusivamente na repercussão dos desastres.

Privilegiar uma cultura de redução de riscos é promover e valorizar ações que ajudem a reduzir os riscos no contexto local e global, ou seja, em um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável, na minimização das vulnerabilidades, na igualdade de gênero, na ocupação e uso adequado do solo, enfim, na promoção de qualidade de vida.



Conheça o projeto Percepção de Risco, a Descoberta de um Novo Olhar: www.percepcaoderisco.sc.gov.br

ATENÇÃO!

A constituição de uma cultura de redução de risco, refletida em ações permanentes nas comunidades e integradas às políticas intergovernamentais promoverá comunidades e pessoas mais resilientes aos desastres.

A construção da cultura de redução deve estar no horizonte ético da gestão pública e privada, individual e coletiva, repercutindo nas ações do dia-a-dia. Neste sentido, educação, comunicação, percepção e sensibilização são processos interdependentes e transversais. A mobilização social requer que reflitamos como podemos integrar estas dimensões para favorecer a participação social nas ações de Defesa Civil, com foco na redução de riscos e na prevenção de desastres.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA AÇÕES DE DEFESA CIVIL

O significado comum do verbo mobilizar se refere a “dar movimento a”, “convocar pessoas para”. Propõe, ainda, o movimento de pessoas para atuar de forma conjunta em uma mesma direção, para um mesmo fim (Toro & Werneck, 1997). Neste sentido, ao falarmos de mobilização social estamos tratando de um projeto que é, antes de tudo, coletivo.

Mobilização social está relacionada ao engajamento e participação de pessoas para alcançar objetivos específicos. Característico deste processo, portanto, é o envolvimento necessário de diferentes segmentos sociais nas ações e decisões implicadas no projeto comum. O convite às pessoas de diferentes segmentos sociais, áreas de atuação, crenças religiosas, entre

outros, deve ser um convite às diferenças e, na mesma medida, respeito a elas no decorrer do processo.

Quando falamos de diferentes segmentos sociais incluem-se: líderes políticos, líderes de opinião, as mídias, os burocratas e tecnocratas, os grupos profissionais, associações religiosas, do comércio e da indústria, comunidades e indivíduos, entre outros. O envolvimento dessas pessoas e das organizações visa à transformação social, ou seja, a mudança de algum aspecto da realidade imediata para outra realidade.

Por isso, é necessário que todos percebam e identifiquem a necessidade do que se quer mudar, somando os esforços. É fundamental que as pessoas e grupos sejam, posteriormente, capacitados para a ação, uma vez que as mudanças são consequências de ações continuadas.

Como você viu, mobilizar se refere a arranjar as pessoas, gerando o movimento para um propósito comum, e, além das competências pessoais, é possível mobilizar pessoas que possam disponibilizar recursos, como: aparelhos, equipamentos e tecnologias, infraestrutura, espaços, materiais, etc. A divulgação de informações adequadas ao público-alvo mobilizará estes diferentes recursos, promovendo o apoio intersetorial e transversalizado.



ATENÇÃO!

Este processo não ocorrerá sem que haja muito diálogo, construção de parcerias e um planejamento adequado, incluindo, por exemplo:

- Identificação dos problemas, necessidades e demandas sociais.
- Reconhecimento das particularidades do contexto de intervenção e identificação dos diferentes atores sociais.
- Comunicação e sensibilização dos atores para promover o envolvimento no projeto.
- Realinhamento das demandas e necessidades de acordo com as prioridades, após o processo de sensibilização e contato com a comunidade.
- Capacitação e organização dos recursos disponíveis para a ação.
- Implementação de ações para a consecução dos objetivos.
- Avaliação continuada dos resultados.
- Construção de redes de organizações sociais.
- Manutenção das redes, fluxos e processos de intervenção.

A mobilização social é uma necessidade que exige parcerias com todos os interessados, a partir das quais se constroem as redes de organizações sociais. Essas redes se constituem como espaços interinstitucionais e interpessoais de troca de experiências, de qualificação de informação e de articulação política.

Temos que ter em mente que os resultados do processo não são quantificáveis, repercutindo por longo prazo em determinados contextos sociais. Além disso, quando com a mobilização social se promove a construção de redes, esperamos que tenham continuidade e que o envolvimento de pessoas e organizações se dê permanentemente, ampliando-se o repertório de ações e contextos de intervenção, complexificando e diversificando as redes e sub-redes, assim como os projetos coletivos e os resultados desejados.

Um sentimento de pertencimento passa a constituir as pessoas que se engajam nestes projetos coletivos. O olhar sistêmico sobre a realidade deve ser ampliado, portanto, para o gerenciamento de ações e iniciativas, para o próprio processo de mobilização e articulação das redes, e para as diferentes maneiras de participação das pessoas nestas redes.

Existem várias formas de organização a nível local e de participação das pessoas neste âmbito. Além dos coletivos formais instituídos, há os coletivos informais que atuam diversificadamente, muitas vezes de forma alternativa, e que também precisam ser envolvidos no processo de mobilização social. Devemos ter clareza que nem sempre é possível mobilizar a todos ao mesmo tempo. Mobilizamos conforme os objetivos definidos e os resultados que desejamos alcançar.

Lembre-se que não há modelos únicos de participação social e de organização dos esforços para desenvolver projetos e ações. Por isso, para fazer mobilização social é necessário reconhecer e assegurar as particularidades, recursos, competências, diferenças culturais e conflitos de cada contexto em que se quer atuar.

CARACTERÍSTICAS DOS MOBILIZADORES

Os mobilizadores devem favorecer, da melhor forma possível, a integração e o relacionamento entre os membros do grupo, facilitar a aprendizagem, a troca de conhecimentos e o engajamento de todos nas ações de Defesa Civil.

Mobilizadores devem exercer várias funções para poder trabalhar com as habilidades, potencialidades e atitudes dos atores participantes do grupo, como por exemplo:

- Favorecer a integração e o relacionamento entre os membros do grupo.
- Resolver de forma harmoniosa as situações criadas no grupo.
- Facilitar a aprendizagem e a troca de conhecimentos.
- Multiplicar informações, conhecimentos e experiências.
- Conduzir o grupo a criar respostas adequadas a novas ou velhas situações.
- Sensibilizar o indivíduo quanto à sua importância como agente atuante nas ações de Defesa Civil e órgão de apoio do Sistema Nacional de Defesa Civil.
- Estimular os atores a continuarem as ações de forma autônoma e autogerida, independentemente de sua presença.

Lembre-se que o mobilizador é antes de tudo um mediador e facilitador de processos, com a finalidade de criar novas condições de engajamento dos atores em ações para a redução de desastres. Deve, portanto, viabilizar que os atores construam e gerenciem as ações e encontros para que a mobilização não dependa da presença de uma única pessoa e que

o papel de mobilizador possa ser assumido por diferentes atores. Afinal, nem sempre você estará disponível para mediar e organizar os encontros e as demandas e, assim, os atores sociais passam a gerenciar as ações de acordo com suas próprias necessidades.

A confiança dos atores no mobilizador é muito importante para o êxito em várias etapas do processo de mobilização, uma vez que é por meio dele que esses atores entrarão em contato com o tema abordado, recebendo informações. O mobilizador precisa, portanto, respeitar e estar familiarizado com os modos de vida da comunidade ou do público-alvo, comunicar-se com clareza, ser responsável e ético com relação ao compromisso que assume junto aos atores, e, especialmente, saber receber críticas e sugestões, de modo a conduzir o processo como uma construção coletiva.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL COMO FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EM DEFESA CIVIL

O Marco de Ação de Hyogo, como instrumento mais importante para implementação da redução de risco de desastres adotado pelos Estados Membros, a ser desenvolvido entre os anos de 2005 e 2015, estabeleceu como suas prioridades de ação:

- 1) Buscar que a redução de risco de desastres seja uma prioridade.
- 2) Conhecer o risco e tomar medidas.
- 3) Desenvolver uma maior compreensão e conscientização.
- 4) Reduzir o risco.
- 5) Estar preparado e pronto para atuar.

Um dos princípios que rege o documento é o entendimento de que os desastres podem afetar a qualquer um e que se trata, portanto, de uma responsabilidade de todos. A redução de risco de desastres deve fazer parte das decisões cotidianas e necessita da colaboração de todos nós para nos tornarmos menos vulneráveis e mais resilientes. Para tanto, os países precisam garantir a participação comunitária como instrumento fundamental neste processo, satisfazendo as necessidades locais e assegurando a redução de vulnerabilidades frente aos desastres naturais.

Para integrar a redução de risco de desastre nas políticas e nos planejamentos, construindo efetivamente uma cultura de redução de risco, é fundamental que se estabeleçam alianças entre as agências governamentais, o setor privado e as organizações da sociedade civil. Portanto, a mobilização social é uma importante estratégia para enfrentar os desastres e para o desenvolvimento das ações da Defesa Civil.

ATENÇÃO!

A fim de conhecer os riscos, tomar medidas frente a eles, conscientizar e preparar a população, minimizando as vulnerabilidades, a participação e a mobilização da sociedade são indispensáveis. Afinal, são as pessoas nas suas comunidades as primeiras a enfrentar os desastres e, também, são elas que vão desenvolver qualquer ação prevista pelas políticas e pelos planejamentos dos diferentes setores governamentais.

O desafio neste processo de mobilização para a redução de risco de desastre e no enfrentamento destas situações está no reconhecimento do caráter intersetorial destas ações e na necessidade de que sejam transversalizadas entre as diferentes esferas: públicas e privadas; municipais, esta-

duais e federais e diversificadas áreas de atuação profissional, entre outras.

Para que as ações tenham sucesso, a Defesa Civil precisa estabelecer parcerias e constituir redes para que outros setores se apropriem e compartilhem dos programas a serem desenvolvidos. O envolvimento das comunidades e das instituições possibilitará ampliar, então, a autonomia e garantir a autogestão para a tomada de decisões sobre as situações que as afetam. Aos poucos, torna-se possível construir o reconhecimento legal e jurídico em um processo formal de tomada de decisões e de manejo de recursos.

Lembre-se: o Sistema Nacional de Defesa Civil prevê a adesão de Órgãos de Apoio e Núcleos Comunitários de Defesa Civil para desenvolver ações de proteção e redução de risco de desastres.



Essa mobilização destina-se a reduzir os riscos no contexto atual e no futuro, construindo, por sua vez, uma cultura de redução de risco de desastre. As soluções técnicas por si só não garantem a segurança da população, uma vez que mesmo para implantar estas soluções são necessárias pessoas informadas, sensibilizadas e preparadas para atuar neste sentido. Igualmente, as estratégias de prevenção e promoção de qualidade de vida, a percepção de riscos de desastres e a efetivação de políticas públicas para a seguridade social exigem e produzem, ao mesmo tempo, mudanças culturais profundas.

O desenvolvimento e a aplicação de tecnologias são importantes, mas não suficientes para enfrentar os desastres. Nas diferentes etapas das ações de Defesa Civil (prevenção, preparação, resposta e reconstrução), por exemplo, a comunidade precisará ser mobilizada para atuar em par-

SAIBA MAIS

Outro pressuposto que fundamenta a importância de mobilizar pessoas e organizações para as ações de Defesa Civil está no fato de que o planejamento para o enfrentamento aos desastres não pode se embasar somente em soluções técnicas. Pelo contrário, o planejamento das ações precisa ser construído considerando a cultura e a estrutura social, possibilitando que os hábitos e os mecanismos sociais permitam a comunidade mobilizar os recursos humanos e materiais disponíveis (DYNES, 1991).



Para Saiz (1998), um modelo para proteção civil deve ser desburocratizado e descentralizado, sustentando-se na participação ativa e direta da população e no estreitamento dos vínculos com as comunidades. Deve-se atuar a partir da identificação e reconhecimento dos diferentes grupos que ali existam e de formas fáceis de comunicação e de informação, adequadas aos códigos sociais das comunidades.

ceria com a Defesa Civil e demais setores da sociedade, tendo as suas características culturais consideradas para o desenvolvimento das ações e construção de um projeto coletivo e participativo.

A **mobilização social** e a construção de redes são, portanto, estratégias importantes para o planejamento das ações de Defesa Civil nos diferentes momentos, como por exemplo:

Etapas	Sugestão de atividade:
Prevenção	Ampliar a percepção de riscos das pessoas e comunidades, colaborando com uma cultura de redução de risco e atuando para minimizar as vulnerabilidades locais.
Preparação	Envolver os diferentes atores na elaboração dos planos de contingência, na construção e difusão dos sistemas de alerta e monitoramento.
Resposta	Mobilizar as redes para que elas mobilizem recursos e auxiliem no atendimento às pessoas afetadas pelo desastre.
Reconstrução	Envolver as comunidades na elaboração dos projetos, que devem se embasar nas necessidades, laços afetivos, significados compartilhados, enfim, nas particularidades culturais e simbólicas de cada comunidade.

A partir destas reflexões, compreendemos que o sistema de Defesa Civil precisa ser, entre outros aspectos:

- **Participativo:** aberto à intervenção autônoma e autogestão de todos os envolvidos, facilitando a participação de todos no sistema de proteção.
- **Pluralista:** aceitando as diversidades e respeitando as diferenças, não estabelecendo critérios de exclusão dos grupos e organizações.
- **Comunicativo:** fundamentado em um projeto compartilhado de construção e difusão de informações, e de definição de estratégias de comunicação comunitária.
- **Mobilizador:** sensibilizando pessoas e capacitando-as para se autoprotegerem e atuarem nos diferentes momentos de enfrentamento aos desastres, priorizando ações de proteção comunitária e de promoção de qualidade de vida.

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA UMA ATUAÇÃO EM DEFESA CIVIL JUNTO ÀS COMUNIDADES: DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIDADANIA

Tal como prevê a Carta de Ottawa, resultado da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1986, com relação à promoção de saúde, é direito e dever de todos estarmos capacitados para buscar os meios para conseguir atuar sobre os fatores que favorecem o nosso bem-estar e o da comunidade ou sobre o que pode estar pondo-a em risco, tornando-a vulnerável aos desastres e prejudicando a qualidade de vida. Cada um é potencialmente capaz de vir a intervir sobre os fatores determinantes de sua segurança e proteção, exercendo o que se chama de cidadania.



Nós, seres humanos, somos produtos do nosso meio, mas também produtores dele, podendo transformá-lo ao mesmo tempo em que transformamos a nós mesmos, inventando outros modos de vida. Assim, ao mobilizar, todos na sociedade nos tornamos corresponsáveis pelas nossas condições de vida.

Portanto, a intervenção sobre as relações sociais e modos de vida da população, na prevenção ou resposta aos desastres, deve ter sua prática qualificada nas dimensões ética, social e política. Por isso, deve se respaldar nos princípios de cidadania e na garantia dos Direitos Humanos Universais, possibilitando que as pessoas sejam atendidas nas suas diferenças e compreendidas na sua constituição afetiva, cognitiva, criativa, biológica.



CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Até aqui você viu que para mobilizar as pessoas, grupos e comunidades, para as ações de Defesa Civil, é necessário considerar os valores, crenças, hábitos, práticas e dinâmicas que envolvem as relações sociais em um contexto específico de ação. Em outras palavras, é preciso considerar o que se costuma denominar de cultura, a qual se expressa por meio das práticas sociais e dos modos de produção e reprodução de significados de sua população.



Isto quer dizer que diferentes comunidades possuem formas próprias de significar as coisas e os fenômenos, e de se relacionar com a natureza. Formas que foram se constituindo historicamente e também se transformando, pois a cultura está em permanente movimento. Palavras comuns em determinados contextos, por exemplo, são totalmente estranhas em outros. A cultura media nossas relações, implicando-se nos modos como nós nos apropriamos e significamos a realidade.

As diferenças culturais interferem nas estratégias de mobilização a serem desenvolvidas, uma vez que muitas informações e propostas não farão sentido para o público-alvo se não levarmos em conta a maneira como esse público se relaciona entre si.

Há culturas que os homens e mulheres não realizam trabalhos juntos; outras em que as crianças participam de todas as atividades dos adultos junto às suas mães. As diferenças culturais aparecem na forma como as pessoas se relacionam com suas famílias, nas formas e nos lugares onde constroem suas casas, e também naquilo que consideram ser risco e perigo. Sabemos, também, que é comum encontrar comunidades para as quais os desastres são castigos divinos sobre os quais não podemos interferir.

Então, um dos primeiros passos para delinear as estratégias de mobilização social se refere ao reconhecimento do contexto de intervenção, que pode ser feito por meio das aproximações iniciais com o público-alvo, de documentos, informações disponíveis na mídia e por meio de pessoas da própria localidade, que façam a mediação entre o agente de Defesa Civil e a comunidade.

ATENÇÃO!

A contextualização é importante para identificar as demandas e necessidades do público-alvo e organizar as prioridades. Após isso, podemos realinhar e redefinir as hipóteses e estratégias de intervenção que foram previamente estipuladas. Além da identificação dos aspectos culturais, étnicos, religiosos, devemos fazer o reconhecimento territorial, econômico e político, buscando identificar o

território de abrangência da comunidade, aspectos ambientais relevantes, grau de desigualdade social, maiores vulnerabilidades, conflitos e conjunturas políticas.

Com o propósito de mobilizar as pessoas para reduzir riscos de desastres em áreas de encosta, por exemplo, é importante que o agente de Defesa Civil procure conhecer previamente qual a percepção da comunidade sobre estes riscos e quais os fatores que atribui a eles. Além disso, é necessário que tenha clareza se naquela comunidade a prioridade de intervenção, para a qual se fará a mobilização, é, de fato, risco de deslizamento.

Ao conviver mais perto das comunidades, passamos a perceber as famílias e as diferenças entre as crenças, os modos de vida, hábitos de alimentação e higiene, tratamento às mulheres, crianças e idosos, etc. Em uma mesma cidade, é grande a diversidade de pessoas oriundas de lugares distantes, com diferentes graus de escolaridade e formas como foram educadas. Embora seja comum estranharmos práticas sociais de outros grupos que não são semelhantes às nossas, é preciso que as respeitemos sem julgá-las ou depreciá-las.

Quando estas práticas interferem diretamente no aumento ou redução dos riscos e vulnerabilidades, como por exemplo, o lixo jogado nos córregos ou a plantação inadequada de alguma espécie em áreas de desertificação, a mobilização social será uma estratégia interessante para desenvolver, neste caso, um processo de educação ambiental na comunidade.



Qualquer julgamento de valor, assim que percebido pelas pessoas, promoveria um grande distanciamento. Você deve se lembrar que todos nós usamos lentes diferentes com as quais interpretamos a realidade e agimos, por isso somos diferentes e temos pontos de vista distintos. Assim como não há uma lente mais correta que a outra, não temos como avaliar todos os fatores que fazem com que as pessoas sejam como são ou ajam de forma diferenciada.

Com a contextualização, passamos a conhecer um pouco mais as pessoas e o ambiente em que vivem, ao mesmo tempo em que nos aproximamos da comunidade. Este momento inicial da escuta e do diálogo possibilita que a comunidade auxilie no processo de construção da proposta e das ações, a partir das suas necessidades e demandas, que são assim respeitadas e valorizadas. Assim, a mobilização será muito mais eficaz e terá mais condições de continuidade, uma vez que não houve imposição, mas uma construção coletiva.

ATENÇÃO!

Na contextualização devem ser observados alguns dos seguintes aspectos:

- Organizações, entidades e lideranças comunitárias representativas do local.
- Recursos e equipamentos sociais disponíveis que possam ser agregados às ações de Defesa Civil.
- Pessoas que possam mediar a sua relação com a comunidade.
- Hábitos, valores e comportamentos comuns.
- O que a comunidade pensa e conhece sobre os temas que você deseja abordar ou os objetivos da mobilização.
- Veículos de comunicação mais comumente utilizados.

- Abrangência territorial, geográfica.
- Aspectos ambientais, áreas de risco, indicadores de vulnerabilidade aos desastres.
- Conflitos e desentendimentos entre os atores sociais.
- Divergências políticas que possam interferir no processo de mobilização.

IDENTIFICAÇÃO DE ATORES SOCIAIS E RECURSOS DISPONÍVEIS

Atores sociais são pessoas, organizações ou coletivos de pessoas que podem, a partir de determinados recursos disponíveis, atuar e transformar a realidade na qual estão inseridos.

Como você viu anteriormente, todos nós somos produtos e produtores da realidade que vivemos, assim como podemos, cada qual à sua maneira e a partir de condições próprias, agir para transformar esta mesma realidade. Somos também capazes de aprender e inventar novas formas de viver e nos relacionar com os outros e com o ambiente, nos tornando protagonistas das nossas condições de existência.



Portanto, todos nós somos de modo geral atores sociais.

Contudo, quando mobilizadas para atuar frente a determinados problemas ou situações, as pessoas ou coletivos se tornam atores sociais engajados numa causa específica. Esses atores costumam ter maior influência sobre alguns processos sociais da comunidade e, por isso, é fundamental mobilizá-los para participarem das ações em Defesa Civil. Principalmente porque quando envolvidos, tornam-se importantes multiplicadores dele.

ATENÇÃO!

Ter clareza da finalidade da mobilização, mesmo que ajustes ocorram ao longo do processo, é primordial no envolvimento dos atores sociais, para que eles possam avaliar de que maneira e com que recursos podem contribuir com o projeto ou com as ações que se quer desenvolver. A identificação dos atores começa a ocorrer a partir dos primeiros contatos com as comunidades, quando o agente de Defesa Civil reconhece as pessoas, lideranças comunitárias, organizações e instituições ali presentes, que podem ser relevantes naquele local.

Na contextualização podem ter sido identificados conflitos entre atores estratégicos que se quer envolver. É preciso então avaliar se haverá uma escolha ou se será construída uma forma alternativa para gerenciá-los. Conflitos e desentendimentos também podem vir a ocorrer durante o processo de sensibilização ou capacitação, os quais precisam ser negociados em conjunto com todas as partes envolvidas.



No município você pode considerar como atores sociais estratégicos o prefeito, o secretário municipal da Saúde, presidente de associação de amigos de bairro, presidente de associação comercial e comunitária, diretor de escola, benzedeira, representantes de entidades profissionais, representantes de conselhos tutelares, agentes de saúde, representante do órgão público ambiental ou do órgão de Planejamento Urbano do município, entre outros. É possível, contudo, mobilizar crianças, jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, enfim, a todos, cada qual com seus recursos e possibilidades. Os atores atuam e interagem de acordo com os seus perfis e características pessoais.

O mapa de atores deve ser elaborado de acordo com cada realidade, com as organizações ali presentes e instituições. Por exemplo, se a comunidade que você irá mobilizar já tiver um NUDEC é preciso envolvê-lo, mas em outros casos pode ser que seja relevante mobilizar o representante de uma indústria que joga os poluentes no rio. A identificação dos atores dependerá do contexto de intervenção ou mobilização e dos objetivos pretendidos. É estratégico que o prefeito, como principal representante governamental do município, seja convocado para participar e esteja ciente da mobilização desejada.

A identificação dos sujeitos sociais atuantes, perfis e recursos disponíveis pode resultar, posteriormente, na mobilização e articulação em rede, e no registro destes atores de acordo com a capacidade de mobilizar os recursos e de interferência no desenvolvimento das ações.

Tendo em vista a exigência da intersetorialidade para desenvolver ações em Defesa Civil, e a necessidade de que estas ações sejam coordenadas e integradas no nível local – entre poder público, setor privado e organizações da sociedade civil –, a identificação e mobilização dos atores precisa garantir a integração entre eles. Se antes eles normalmente atuavam no mesmo território, mas isolados, agora se propõe que atuem conjuntamente, construindo práticas alternativas na forma de gestão. A mobilização desses atores possibilitará a articulação necessária para promover a sustentabilidade e a eficácia de programas em Defesa Civil. É fundamental a identificação dos agentes locais e a sua preparação para a continuidade das ações de forma participativa.

ATENÇÃO!

SENSIBILIZAÇÃO

A sensibilização é o passo para que todas as ações propostas sejam bem-sucedidas. Esta etapa está estreitamente relacionada com as ações de comunicação, pois é por meio da comunicação que será possível sensibilizar o público-alvo, mobilizando-o para a ação concreta. Além disso, a comunicação é essencial para desenvolver relações de ensino-aprendizagem e produzir conhecimento.

Nesta etapa esperamos sensibilizar os atores sociais identificados sobre a redução de riscos de desastres e a importância de se integrarem nas ações de Defesa Civil. Para tanto, é necessário criar espaços de encontro nos quais se possa abordar temas relevantes, promovendo uma cultura de redução de riscos e ampliando a percepção de riscos das comunidades.

A etapa da sensibilização caracteriza-se, portanto, pela produção coletiva de conhecimento sobre redução de riscos de desastres e sobre as vulnerabilidades frente aos riscos.



Neste momento as informações serão passadas e construídas com a finalidade de promover o engajamento social e a construção de parcerias. É frequente os atores não saberem ao certo como podem contribuir com a redução de riscos. Então, você precisará reunir os atores anteriormente identificados, por meio de estratégias de comunicação adequadas, considerando as características contextuais do local de intervenção, para falar de percepção e redução de riscos. Pergunte-se: se as pessoas não perceberem os riscos aos quais estão expostas, por que irão agir para enfrentá-los?

A mobilização social é eficaz quando as ações pretendidas vão ao encontro das necessidades e demandas dos atores envolvidos. Quando elas fazem sentido para cada um, tornam-se o objetivo de todos.

Para estimular a ampliação do olhar sobre o risco, você pode propor saídas de campo para caminhar pela comunidade. Convide a todos para exercitarem os seus olhares, buscando registrar por meio de imagens (fotografias, desenhos, imagens mentais) a realidade da comunidade. Estas imagens representarão as percepções dos atores sobre aquele contexto em que estão inseridos. Faça perguntas sobre o que observam e sentem, o que há de novo que não haviam visto antes e quais os riscos visíveis.



Em uma oficina, você pode fazer esta atividade ao início e ao final dos encontros, comparando as percepções dos atores antes e depois das atividades e identificando possíveis mudanças no olhar.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: FERRAMENTA PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Você viu até aqui os princípios e conceitos de mobilização social, bem como os aspectos centrais que caracterizam os mobilizadores. Trataremos agora da comunicação comunitária como ferramenta de apoio à mobilização social, sob o enfoque da redução de riscos de desastres.

Antes, porém, vamos registrar duas raízes possíveis para a mobilização social. A primeira existe a partir da necessidade, da inquietude, e das articulações internas de uma comunidade, naturalmente como processo contínuo na busca de uma melhor qualidade de vida. A segunda, sobre a qual trataremos aqui, nasce ou se fortalece a partir de agentes externos, no nosso caso, psicólogos, agentes de Defesa Civil formal ou informais. Daí a necessidade de que esses agentes realizem uma imersão na realidade da comunidade onde estão se inserindo, para conhecer sua história, seus valores, crenças e manifestações culturais, aspectos e metodologia que abordaremos em detalhes na sequência.

CONCEITOS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Por definição, comunicação comunitária é um processo de construção de conhecimento que se dá pelo estabelecimento e manutenção de vínculos entre sujeitos; obrigatoriamente é participativa e dialógica. Participação denota prática efetiva, possibilidade de ação contextualizada.

Devemos, portanto, perceber o indivíduo sempre como sujeito social, isto é, como ser que interage diretamente com o meio e tem consciência dessa interação. Vale ressaltar que não estamos falando apenas dos indivíduos que compõem o público-alvo da mobilização social. O agente externo será, igualmente, um sujeito social a construir conhecimento conjunto com a comunidade em que se insere. Logo, jamais terá um conteúdo pronto para transmitir à comunidade.

A comunicação comunitária é, portanto, um processo cognitivo necessário para se atingir novos padrões de comportamento. Neste sentido, devemos considerar que o desenvolvimento de processos de construção de conhecimento em comunidades é efetivo apenas quando as estruturas de diálogo entre as partes são transparentes e acessíveis.

Comunicação comunitária é também, e conseqüentemente, um processo de mudança cultural e não simplesmente de capacitação, ainda que, como processo, se valha dela. Sendo assim, a capacitação pode se constituir como uma etapa ou apoio à mobilização social. Isto porque, em um processo de capacitação, ainda que seja um espaço de diálogo, o conteúdo do diálogo está predefinido, e o resultado esperado é a orientação de um público sobre um conteúdo específico; enquanto que em um processo de mudança cultural para redução de riscos de desastres será necessário mais ouvir que dizer, conhecer intimamente os sujeitos sociais, e compreender sua realidade para propor e orientar discussões.

**SAIBA
MAIS**

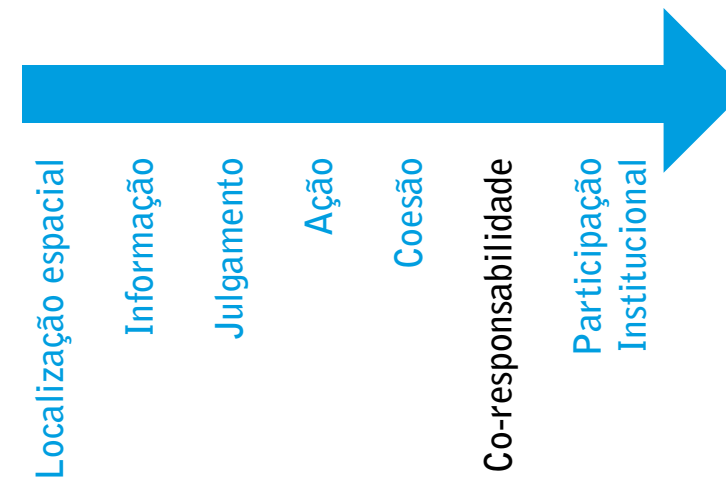
Sobre diálogo Paulo Freire (1977, p. 69) afirma: "A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados". O que equivale dizer que estes espaços de diálogo devem se utilizar de um fluxo de comunicação viável e adequado, valendo-se muito mais da comunicação dirigida do que da comunicação de massa.

ATENÇÃO

Assim, é possível, por exemplo, capacitar uma comunidade sobre conceitos de ameaças, vulnerabilidades e riscos que potencialmente a afetam; mas impossível capacitá-la sobre a relação que deva ter com os riscos a que está exposta. Tampouco qualquer agente externo pode pretender definir que relação uma comunidade deve estabelecer com este risco. A relação mais apropriada com o risco, a maneira de conviver com ele, será construída nos espaços de diálogo utilizados pelo mobilizador a partir das interações e do repertório de todos os que ali participam. Será um compartilhamento de repertórios, sem certezas nem equívocos, cujo resultado é inédito, porque é inédita esta relação.

MODELOS PARA A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Neste contexto de mudança cultural, estamos tratando também de valores e de percepção de risco, ambos possíveis de serem modificados a partir da mobilização social. E se para Henriques (2002, p. 16) “mobilização é gerar e manter vínculos” ao convocar vontades para a mudança de uma realidade, a definição das estratégias de comunicação comunitária pode dar-se a partir da identificação da natureza e força de tais vínculos, para o que o autor apresenta uma escala de critérios de vinculação, onde o que se busca é a corresponsabilidade.



Fonte: Henriques (2002).

Discutiremos cada um desses critérios, sob o enfoque da comunicação comunitária como estratégia de mobilização social para a redução de riscos de desastres:

- **Localização espacial** – espaço compartilhado pela comunidade e no qual ocorrem as relações entre os sujeitos sociais. É o primeiro nível de vinculação, que sequer suporta compreensão, conhecimento ou informação sobre os riscos e vulnerabilidades do local. Por outro lado, é o primeiro critério a ser utilizado pelo agente externo para definir sua área de abrangência e seu público de trabalho. Será preciso identificar os espaços sociais e as lideranças que compartilham da mesma localização espacial do risco para garantir o sucesso da mobilização.

- **Informação** – são informações de origens diversas, mais ou menos aprofundadas. Além das informações trabalhadas por processos de comunicação comunitária, incluem-se as incertezas sobre os riscos, as informações oriundas dos meios de comunicação de massa e suposições. Para o agente externo, será necessário eliminar ao máximo as informações

imprecisas e investir nas informações fundamentadas. Isto se dá por meio de processos de capacitação; orientação aos meios de comunicação de massa; utilização de veículos comunitários de comunicação, como cartazes e sinalização; e articulação com equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde e igrejas, para divulgação de informações.

- **Julgamento** – é o estágio do vínculo onde há tomada de decisão a partir das informações disponíveis, mas ainda apenas no campo das ideias. As informações deverão ser de qualidade. A partir deste estágio não se pode mais valer exclusivamente dos meios de comunicação de massa, pois passa a existir o processo de reflexão das relações dos sujeitos com o meio. É o momento de iniciar o trabalho de mudança cultural e percepção de risco, por meio das lideranças comunitárias.

- **Ação** – são as contribuições diretas ou indiretas, eventuais ou permanentes. É o primeiro vínculo efetivo e voluntário do sujeito com o risco. Será preciso estimular a reflexão sobre as consequências das ações diante do risco e propor a avaliação da necessidade de alteração de padrões de comportamento. Neste estágio, o agente externo deve se inserir nos espaços de encontro já existentes da comunidade e propor as discussões. Não é o momento de propor a criação de novos espaços, uma vez que o risco ainda não é tema cotidiano na comunidade.

- **Coesão** – é a sistematização das ações, que ocorre de maneira planejada e permanente. Neste estágio, a comunidade já está em condições, por exemplo, de criar um NUDEC. Isto porque o NUDEC não nasce sem a maturidade de uma comunidade, nem tampouco deve ser uma estratégia de mobilização, mas sim percebido como resultado desta mobilização.

- **Continuidade** – é o estágio em que os sujeitos sociais passam a multiplicar conhecimentos, ações e valores. Neste momento a comunidade torna-se mais independente, e aos poucos a presença do agente externo deixa de ser necessária. É o momento do agente externo estimular a utilização dos meios de comunicação da própria comunidade, para a mobilização social. Pode utilizar rádios comunitárias, inserir o assunto na pauta das associações, estabelecer projetos conjuntos com escolas, igrejas e outras manifestações culturais locais.

- **Corresponsabilidade** – é o estágio em que a comunidade se percebe autônoma e não mais vítima dos riscos. Corresponsabilidade é dar-se conta de que o risco afeta a sociedade, ao mesmo tempo em que essa sociedade produz o risco, e reagir a isto. É o estágio da efetiva participação social, a mais drástica mudança cultural se considerada nossa construção histórica.

- **Participação institucional** – é o estágio em que a mobilização social não pretende chegar, pois, como afirma Henriques, “se descaracterizaria: de um sistema aberto, no qual as pessoas se inserem através da mobilização, passaria a um sistema fechado e pouco flexível, sob o risco do engessamento burocrático que acabe reproduzindo as relações sociais autoritárias que pretende evitar”.

Há ainda, outro modelo de mudança cultural que podemos considerar sob o aspecto da comunicação comunitária, apresentado na publicação “Estado do Mundo 2010” que trata da mudança cultural para a sustentabilidade. Semelhante à proposta de Henriques, trabalha estágios de mobilização social e destaca outro importante ponto de discussão para a mudança cultural: a crença versus o conhecimento científico.

**SAIBA
MAIS**

Sobre corresponsabilidade Peruzzo (1998, p. 73-74) afirma: “Nas condições do Brasil e de outros países latino-americanos, os povos não têm tradição nesse sentido, aliado isto à reprodução de valores autoritários, à falta de conscientização política e a outros fatores, pretender alcançar um grau de participação mais elevado é algo de difícil concretização. Em nosso caso, desde o período colonial, nos foi obstada ou até usurpada a possibilidade de avançar nessa prática. Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para o assumir o controle e co-responsabilidade na solução dos problemas.”



O Estado do Mundo 2010
http://www.worldwatch.org.br/estado_2010.pdf

Modelo de Mudança de Cultura



Fonte: *Worldwatch Institute (2010)*.

O APOIO DA COMUNICAÇÃO DE MASSA E DE RISCO À COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Substituir crenças é, para a comunicação comunitária, o grande desafio, e sua maior aliada é a comunicação de massa na construção do inconsciente coletivo. Exemplificando: “O medo é livre, mas também contagioso. E se há algo mais veloz que um vírus em fase de expansão é a propagação do pânico.” A frase é de Maria Antonia Sánchez Vallejo, publicada no início de maio de 2009 no jornal espanhol *El País*, diante da iminência de uma pandemia causada pela gripe H1N1.

A reportagem afirmando que o medo é mais contagioso que o vírus discute menos a pandemia em si, e muito mais a condução do assunto sob as esferas governamental e dos meios de comunicação, enfatizando a importância de um trabalho de comunicação e percepção de risco conduzido com responsabilidade e profissionalismo.

Este é o grande poder da comunicação de massa: multiplicar crenças, que enraizadas culturalmente jamais perdem para o conhecimento científico. É preciso chamar os meios de comunicação de massa para apoiar o processo de construção de conhecimento nas comunidades, pois as crenças são construídas coletivamente. A crença de que aquele morro nunca vai desabar porque eu vivo aqui há trinta anos e nunca aconteceu nada precisa ser derubada. Para isso existe a comunicação de risco.

ATENÇÃO!

A comunicação de risco deve considerar o conhecimento científico como base para suas mensagens, e a realidade do público a que se destina a informação, compondo em linguagem apropriada o conteúdo a ser trabalhado. Trata-se de avaliar de maneira holística o contexto em que a informação será produzida e divulgada, de forma que o resultado desse processo comunicativo seja a preparação de uma população para uma situação real ou potencial, e não o simples alarde sem orientação efetiva.

Isso significa que a comunicação de risco se constrói com base na integração dos saberes profissional, acadêmico e popular, considerando-os e relacionando-os aos grupos de interesse a que se destina. Além disso, o princípio da transparência deve ser também considerado, principalmente nas relações com os meios de comunicação e mídia.

Em seu Guia de Comunicação Social e Comunicação de Risco em Saúde Animal, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) afirma que ao mesmo tempo em que a mídia pode contribuir para um ambiente favorável à proteção da saúde pública, pode, se mal orientada pelas autoridades competentes, provocar preocupação indevida à população: “In-

versamente, reportagens sensacionalistas podem levar a ansiedade pública a níveis desproporcionais em relação à efetiva realidade da emergência. Uma cobertura exagerada de uma emergência sanitária está mais propensa a acontecer quando a informação oficial é escassa ou considerada não confiável”.

AS PRINCIPAIS ETAPAS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

O princípio da comunicação comunitária é a comunidade. Para a mobilização social se dar de maneira efetiva, o agente externo precisa conhecer as idiosincrasias de sua área de atuação, e jamais criar roteiros de mobilização. Seu primeiro passo será então, se apresentar à comunidade e pedir que ela também se apresente, por meio de:

- manifestações culturais: igrejas, festas, espaços de encontro e lazer;
- reconhecimento;
- meios de comunicação existentes na comunidade; e
- articulação intersetorial: integração a programas em andamento.

Algumas reflexões de Paulo Freire:

“A tarefa do educador, então, é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não a de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, como se se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado. (...) A problematização é a tal ponto dialética, que seria impossível alguém estabelecê-la sem comprometer-se com seu processo. Ninguém, na verdade, problematiza algo a alguém e permanece, ao mesmo tempo, como mero espectador da problematização” (Freire, 1992, p. 81- 82).

“Os homens, em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um ‘conhecimento’ de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a ‘razão’ da realidade. Esta, por sua vez, e por isto mesmo, se lhes vai revelando como um mundo de desafio e possibilidades; de determinismos e de liberdade; de permanência e de transformação; de valor e desvalor; de espera, na esperança da busca, e de espera sem esperança, na inação fatalista” (Freire, 1992, p. 84).

“O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação” (Freire, 1992, p. 76).

PLANOS DE CONTINGÊNCIA: CONSTRUÇÃO DE REDES NA PREPARAÇÃO PARA OS DESASTRES



A partir de agora você vai ver que a construção de planos de contingência com a comunidade e demais organizações públicas e privadas pode ser uma excelente ferramenta para a inserção do psicólogo na gestão integrada de risco de desastres.

Esse Plano de Contingência resulta, preliminarmente, da análise de riscos, primeira etapa da administração de desastres para um planejamento operacional. No plano estarão previstas a responsabilidade de cada organização, as prioridades e medidas iniciais a serem tomadas e a forma como os recursos serão empregados.

Assim, o Plano de **Contingência*** é o documento planejado e elaborado a partir de estudos de uma determinada hipótese de desastre, resultante de uma análise de riscos. Deve ser elaborado com antecipação, previamente à situação crítica, com a discriminação de ações comuns a cada órgão, entidade ou indivíduo. No caso da atuação da Psicologia, o plano vai recomendar as ações que cada psicólogo, seja através de seus conselhos, sindicatos ou universidades, poderá fazer se a hipótese de desastre se concretizar.

O foco do Plano de Contingência são as ameaças, podendo haver um plano específico para acidentes ou emergências em barragens (usinas hidrelétricas); desastres naturais relacionados aos fenômenos atmosféricos, meteorológicos ou hidrológicos, sismologia, escorregamentos ou deslizamentos, pragas animais e vegetais, chuvas intensas, acidentes rodoviários com produtos perigosos, entre outros. Os profissionais de Psicologia, a partir da análise de riscos, integrarão os planos de contingência dos órgãos ou empresas, a partir da apresentação de um plano de específico da atuação dos psicólogos, dos conselhos, sindicatos, universidades, entre outros.



Este plano vai determinar, em linhas gerais, os diversos aspectos como localização e organização de abrigos, estrutura de socorro às vítimas, procedimentos de evacuação e coleta de doativos, entre outros. Em linhas específicas, a atuação dos psicólogos determinará uma estratégia de intervenção multimodal. Ou seja, os profissionais de Psicologia podem elaborar um protocolo de atendimento à comunidade afetada, envolvendo o componente psicossocial das pessoas vitimadas, pois o foco do plano de contingência é, também, o fortalecimento da rede social da comunidade afetada, bem como o fortalecimento e sustentabilidade das novas redes constituídas.

Esse planejamento deve ser integrado ao Sistema Único de Saúde - SUS, primeiro órgão de acolhimento das pessoas afetadas por desastres, pois os danos e prejuízos resultantes do impacto psicossocial têm sua especificidade, demandando ações pontuais pelos profissionais de Psicologia envolvidos nesse processo.



Contingência

Conforme o Sistema Nacional de Defesa Civil, contingência pode ser entendida como “uma situação de incerteza, quanto a um determinado evento, fenômeno ou acidente, que pode se concretizar ou não, durante um período de tempo determinado” (Castro, 1999, p. 139).

O plano de contingência pode ser elaborado para integrar outros planos desenvolvidos por órgãos ou empresas, tanto da esfera estadual quanto regional, municipal ou comunitária, para todas as fases de atuação da Defesa Civil.

Depois de finalizado o plano, é importante a realização de treinamentos ou simulados, envolvendo todos os parceiros, para a definição real de papéis, encaminhamentos possíveis e ajustes, se for o caso. Os simulados são atividades fundamentais na preparação para desastres, pois objetivam divulgar o plano de contingência dos profissionais envolvidos e, no caso dos psicólogos, identificar as habilidades individuais e coletivas para o enfrentamento de situações de emergência. Após o simulado, o grupo de psicólogos deve revisar o plano, para o fortalecimento dos pontos fortes e o ajuste dos pontos fracos.

O simulado deve ser realizado nas comunidades mapeadas na análise de riscos, com a sua efetiva participação, podendo resultar na redução da vulnerabilidade da comunidade, minimizando os riscos de que a ameaça se concretize. Isto porque as pessoas envolvidas podem desenvolver maior percepção dos riscos no seu entorno, a partir dessa experiência em simulados.

Os simulados devem seguir uma periodicidade para as atualizações necessárias. Quando ocorrer o desastre, esse plano de contingência pode, então, ser alterado para o plano de operações, que tem por objetivo responder a uma situação real de desastre. Ou seja, é a operacionalização do plano de contingência. Este é, normalmente, elaborado pela própria Co-

ordenadoria Municipal de Defesa Civil local. No entanto, a esse plano que já existe pode ser agregada a contribuição do profissional de Psicologia, que passará a fazer parte do Plano de Contingência já existente no município, trazendo a contribuição de sua prática em prol da segurança global da população.

Como você pôde perceber, este é um plano elaborado a partir de atuação multidisciplinar, pois quando ocorre o desastre, as medidas de resposta são complexas e os encaminhamentos diversos. O psicólogo deve, então, conhecer todos os parceiros envolvidos, a definição de seus papéis, os recursos disponíveis por cada um deles, as medidas possíveis tanto preventivas, de preparação, de socorro e reconstrutivas. Portanto, os psicólogos envolvidos devem buscar a identificação de todos os parceiros engajados no plano de contingência, desde a análise de riscos.



Assim, o processo de elaboração do plano de contingência envolve múltiplas instituições e múltiplos saberes, portanto, deve ser inclusivo, ou seja, envolver órgãos governamentais municipais, estaduais e federais; organizações não-governamentais; empresas privadas, conselhos de Psicologia; universidades, profissionais do SUS; psicólogos do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Defesa Civil, das prefeituras locais, profissionais de Serviço Social, entre outros.

Fundamental é a participação da comunidade, protagonista em sua localidade e parte de sua construção histórica.

No desenvolvimento dos trabalhos é importante mapear os principais impactos psicossociais que serão considerados no Plano de Contingência, bem como seus objetivos e metas. Deve ser considerada a legislação, os planos e relatórios relacionados ao assunto emitidos pelos órgãos envolvidos, os registros históricos da comunidade e as experiências individuais e coletivas das pessoas da localidade. Todas as fontes formais e informais devem ser amplamente exploradas.

Periodicamente, deve ser atualizada a avaliação de riscos e caracterização das ameaças e as vulnerabilidades que serão consideradas na elaboração do Plano de Contingência. E ainda, a elaboração de hipóteses de ocorrência de desastres e mapeamento dos cenários vulneráveis à sua ocorrência.

É importante também ter uma lista atualizada dos órgãos que, normalmente, dão a resposta às situações rotineiras de emergência, com a descrição de suas possibilidades em termos de recursos e capacidade de atendimento, pois esses órgãos estarão também envolvidos na resposta aos desastres, nas ações de socorro às populações em risco, na assistência às populações afetadas e na reabilitação dos cenários.

Outros órgãos, governamentais ou não, também se envolvem na resposta às situações de emergência ou nas situações catastróficas, e também devem ter seu papel, como colaboradores, definido no plano de contingência, como os órgãos da administração direta e indireta, os setoriais e os de apoio, como as entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não-governamentais e associações de classe

e comunitárias. É importante conhecer a capacidade de resposta de cada um desses órgãos, e identificar como eles podem colaborar no enfrentamento aos desastres.

Na elaboração do Plano de Contingência, deve ser observada uma estrutura mínima, contendo uma introdução, a finalidade, as hipóteses de desastres, a operacionalização do plano, a capacidade de resposta dos órgãos envolvidos e dos próprios profissionais de Psicologia, a competência administrativa, a capacidade logística e a responsabilidade pela atualização do plano.

A finalidade do plano deve ser clara, elencando os resultados esperados após o seu desencadeamento, e como o psicólogo pode contribuir na mobilização comunitária para a segurança global da população.



A partir da análise de riscos, é importante proceder ao levantamento das hipóteses de necessidades psicossociais, fundamentais para o restabelecimento da vida cotidiana em situações de desastres.

A metodologia de operacionalização do plano traz a descrição dos recursos profissionais previstos e disponíveis para o cuidado às pessoas em situações traumáticas. E ainda, a descrição de como será estabelecida a “chamada” para a atuação, quem será responsável pelo alerta e alarme, como os profissionais se organizarão, se implica em deslocamento geográfico, se há a necessidade de manuseio de instrumentos e materiais próprios, qual será a política de assistência em desastres para grupos de

alta vulnerabilidade, como crianças, gestantes, idosos, deficientes físicos, entre outros aspectos.

A descrição da capacidade de resposta de todos os órgãos envolvidos direta ou indiretamente deve constar do plano de contingência, enfatizando como serão organizados, quem coordenará as ações e como se efetivará a comunicação, envolvendo a mídia ou não.

A descrição dos recursos materiais e financeiros necessários durante a resposta, tanto no pré-impacto, no impacto, e na atenuação dos danos, faz parte da competência administrativa e capacidade logística dos órgãos envolvidos.



Você pode observar que a falta de um planejamento logístico adequado pode favorecer o agravamento num cenário de desastres. Assim, a construção da análise de riscos é pautada por um planejamento administrativo e logístico para cada demanda.

DESMOBILIZAÇÃO

Finalmente, após todas as ações na gestão do desastre, ou seja, após a aplicação do plano de operações, chegamos à fase de desmobilização. Nesse momento, os psicólogos já identificaram o grau de envolvimento no conflito, tanto dos feridos, das testemunhas presenciais, das equipes de saúde e emergência, equipes de resgate e voluntários, e também, já identificaram a rede de suporte no município, bem como os encaminhamentos necessários para o fortalecimento dos vínculos na vida familiar e comunitária.

Devem ser considerados na primeira ajuda psicossocial, se neces-

sário, os familiares e pessoas próximas, avaliando os danos e prejuízos *in loco*, as equipes de saúde receptoras nas unidades de saúde, e ainda, os profissionais que tomam as decisões macro no cenário político, jurídico e governamental.

Todos os recursos empregados devem ser desmobilizados, a partir de planejamento, de forma gradual, proporcional à reabilitação dos cenários afetados. É um momento de transição, dentro da fase de recuperação e reconstrução, onde o psicólogo pode atuar a partir de ações que previnam, fechando assim, o ciclo das quatro fases: prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Você, psicólogo ou colaborador da Defesa Civil, na proposta de intervenção psicossocial, seja em uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil ou em um Núcleo Comunitário de Defesa Civil, nas universidades ou conselhos e seções de base, ou no SUS, vai utilizar as ferramentas sugeridas para a elaboração da análise de riscos e do Plano de Contingência em seu município. Para tanto, deverá se basear nos conceitos que serão abordados nas próximas unidades.



Esta contribuição representará importante trabalho no desenvolvimento do componente psicossocial na atenção às pessoas em situações de desastres. A identificação e priorização das medidas de intervenção psicológica podem contribuir na construção de uma interface entre a Psicologia e a sociedade, principalmente favorecendo a mobilização comunitária na sua autoproteção, através do desenvolvimento de soluções criativas e locais, colaborando com a prevenção e reduzindo, assim, a vulnerabilidade das comunidades.

FINALIZANDO



Nesta unidade você viu um amplo conteúdo, incluindo conceitos de resiliência comunitária, a participação da Psicologia e do psicólogo na gestão de riscos, o processo de comunicação de risco e como fazer e para que servem os planos de contingência. As atividades continuam: reveja os principais conceitos, participe dos fóruns e explore o AVA. Os tutores estão à espera para esclarecer suas dúvidas.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Nossa América Latina**. 2003. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/artigos/artigos_030708_0030.html. Acesso em: 10 ago. 2006.

_____. **Novo projeto para a profissão no Brasil**: contribuições para a formação. ABEP, 2005. Disponível em: <http://www.abepsi.org.br/web/artigos.aspx#4>. Acesso em: 10 ago.

_____. **Psicologia para quem dela precisar**. 2003. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/artigos/artigos_030609_0031.html#. Acesso em: 20 maio 2006.

_____. **Uma psicologia para a América Latina**. 2004. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/artigos/artigos_041004_0067.html. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. (Org.) **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2004. 82 p.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999. 4 v.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LA REDUCCIÓN DE LOS DESASTRES - EIRD/ONU, 2005, Kobe. Hyogo. Japon. **Marco de Acción de Hyogo para 2005-2015:** aumento de resiliencia de las naciones y de las comunidades ante los desastres. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/hfa/docs/Hyogo-framework-for-action-spanish.pdf>. Acesso em: 01 set. 2010.

_____. **Yokohama Strategy and Plan of Action for a Safer World:** Guidelines for Natural Disaster Prevention, Preparedness and Mitigation. Disponível em: <http://www.eird.org/fulltext/Yokohama-strategy/Yokohama%20Strategy%20and%20Plan%20of%20Action%20for%20a%20Safer%20World.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.

DEFESA CIVIL NACIONAL. Fórum Nacional de Defesa Civil: **Campanha Nacional Cidades Mais Seguras - Biênio 2010-2011.** Disponível em: http://www.forumdefesacivil.org/campanha_cidades_mais_seguras/. Acesso em: 1 set. 2010.

DYNES, Russell R. **Disaster Reduction: the importance of adequate assumptions about social organization.** University of Delaware Disaster Research Center, 1991.

GRUNSPUN, Haim. **Violência e resiliência:** a criança resiliente na adversidade. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/fulltexts/0276.pdf>. Acesso em: 14 set. 2006.

MATTEDI, Marcos Antonio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 9, p. 93-114, jul./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000900006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2010.

MAYUNGA, Joseph S. **Understanding and Applying the Concept of Community Disaster Resilience:** a capital-based approach. USA: Department of Landscape Architecture and Urban Planning, Hazard Reduction & Recovery Center, Texas A&M University, College Station, 2007. Disponível em: <http://www.ehs.unu.edu/file/get/3761>. Acesso em: 01 set. 2010.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Guía práctica de Salud Mental em situaciones de desastres.** Washington: OPS/OMS, 2006. 200 p. (Serie de manuales y guías sobre desastres). Disponível em: http://www.who.int/mental_health/paho_guia_practica_salud_mental.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.

SANTAELLA, Lucia; VIEIRA, Jorge de Albuquerque. **Metaciência:** como guia da pesquisa - Uma proposta semiótica e sistêmica. São Paulo: Ed. Mérito, 2008. 162 p.

SÁIZ, J. M. R. **Dimensión social y política de la prevención y la atención a desastres.** Variaciones sobre el caso mexicano. México, Guadalajara: Átopos, 1998. p. 39-52.

SCHNITMAN, Dora Fried. (Org). **Novos paradigmas, Cultura e Subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 294 p.

VIEIRA NETO, Othon; VIEIRA, Claudia Maria Sodré (Org.). **Transtorno de estresse pós-traumático:** uma neurose de guerra em tempos de paz. São Paulo: Vetor, 2005.

WERNECK, Nisia Maria Duarte; TORO, Jose Bernardo. **Mobilização Social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília. ABEAS/UNICEF, 1997. 112 p.

UNIDADE IV

SAÚDE MENTAL E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA FASE DA RESPOSTA



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final desta unidade, você será capaz de:

1. Discutir o conceito de trauma psicológico, estabelecendo uma comparação com o que se entende pelo termo no senso comum.
2. Explicar as diferenças de impacto do mesmo desastre em pessoas diferentes.
3. Listar as principais medidas de atendimento psicológico na primeira fase de resposta ao desastre.
4. Compreender a vantagem da equipe de resgate ser multiprofissional.
5. Conhecer e saber recorrer às medidas específicas para o atendimento a grupos especiais.
6. Conhecer a importância do trabalho no contexto existencial de uma pessoa.
7. Reconhecer a necessidade das equipes de socorro e resgate em também serem acolhidas.
8. Dimensionar a importância do trabalho em grupo dos socorristas.

INICIANDO O DIÁLOGO



Nesta quarta unidade você vai conhecer algumas possibilidades de intervenção em duas situações: as ações de apoio às pessoas afetadas por desastres e, em segundo lugar, às equipes de resgate, agentes em geral e aos voluntários que se engajam nesse difícil trabalho durante e após o desastre. Também falaremos sobre alguns cuidados na administração de abrigos provisórios.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ÀS PESSOAS AFETADAS PELO DESASTRE E O APOIO ÀS EQUIPES DE RESGATE

As pessoas afetadas pelos desastres, atingidos ou socorristas, sofrem os impactos do desastre sempre de forma singular. A carga traumática ocorre em função da organização psíquica prévia das pessoas afetadas. Desastres que poderiam ser classificados como de média gravidade podem produzir forte impacto em algumas pessoas e em outras não. O inverso também pode acontecer, embora seja menos provável.

Você pode observar que, quando a magnitude do desastre é muito grande, a probabilidade de dano psíquico aumenta, de uma maneira geral. Isto acontece devido a vários fatores, como, por exemplo, a faixa etária e a exposição a situações anteriores também adversas. Esta ressalva é importante, pois o senso comum por vezes tende a pato-



logizar a situação pós-desastre, quase que naturalizando a reação da pessoa afetada.

O termo trauma pertence atualmente ao vocabulário coloquial, sendo utilizado para designar algum tipo de efeito ou sintoma que de alguma forma fuja às reações habituais de uma pessoa. Seria, portanto, necessário reservar a expressão apenas para adjetivar um substantivo, ou seja, falaríamos em carga traumática ou potencial traumático de um evento. Dessa forma podemos compreender que sempre haverá uma interação entre o evento, o desastre e as condições psicológicas prévias e singulares a cada pessoa afetada.

Recentemente, a programação do **V DEFENCIL** (evento que reuniu profissionais de diversas áreas implicados no tema da Defesa Civil) incluiu um seminário sobre saúde mental e desastres. Na ocasião foi bastante enfatizado pelos palestrantes que a porcentagem de pessoas que efetivamente apresentam sintomas de acometimento psíquico após a ocorrência de desastres estaria em torno de 20%. Dentre essas afecções estariam o uso abusivo de álcool, drogas ilícitas, depressão, insônia, irritabilidade e dificuldades de concentração. Porém, o dado indica que 80% não expressam estas condições ou sofrimento, o que vem a ser uma informação importante para o dimensionamento do fenômeno.

Nas crianças por vezes observamos alguns comportamentos regressivos, como exacerbação da dependência aos adultos e dificuldades de aprendizagem. Nas situações dos abrigos temporários, o compartilhamento forçado do espaço físico e a restrição à intimidade pode também suscitar comportamentos agressivos e de intolerância, principalmente em pessoas que anteriormente eram descritas como calmas e acolhedoras.



Leia os anais do evento no endereço <http://www.defencil.gov.br/?pg=anais-eletronicos>



Denominamos essas situações como reativas às mudanças, ou seja, podem ser transitórias, se reverterem após a normalização das rotinas. Aliás, você irá perceber que a capacidade de superação, ou melhor, a resiliência, é importante componente da recuperação psíquica.

O trabalho de atendimento nessas situações precisa incluir a escuta às dificuldades, de forma acolhedora e sem recriminações, e o incentivo ao compartilhamento das reações difíceis, através de grupos de conversa.

A expressão atendimento clínico, bem conhecida dos psicólogos, indica atendimento que se inclina sobre, e não precisa acontecer necessariamente em espaços reservados, como nos consultórios tradicionais.

O que importa e o que faz a diferença para quem recebe o atendimento é o interesse, a escuta sem pressa, o olhar de acolhimento e não de piedade ou de censura. No caso dos desabrigados e desalojados que estão com sua capacidade física preservada, é importante que recebam tarefas dentro dos abrigos para ocupar o tempo, minimizando de alguma forma a angústia decorrente das perdas sofridas.

A prescrição de algum medicamento sedativo ou relaxante precisaria ser discutida com os médicos que integram a equipe. Eventualmente casos mais graves podem necessitar de ajuda complementar, como por exemplo, a eclosão de surtos psicóticos ou de agressividade que possam implicar na integridade física aos demais.

Lembre-se que acionar as redes de saúde mental próximas, os serviços substitutivos ou os centros de atenção psicossocial é um recurso importante. Aqui vale



ênfatar mais uma vez a fundamental importância das redes de proteção que podem ter sido construídas nos planos de contingência, o que acontece, ou deveria acontecer, na fase da preparação.

Para crianças e adolescentes, também é importante priorizar a opção pelo atendimento clínico e em grupo, com aportes lúdicos e de jogos, expressão plástica e o que mais estiver disponível como material. A livre expressão da angústia e dos medos, assim como da insegurança provocada pelas perdas, pode funcionar como terapêutica, facilitando a recuperação psicológica.

O profissional da Psicologia pode atuar diretamente no atendimento aos abrigados, como também na orientação aos demais membros da equipe de resgate, sensibilizando-os quanto à escuta acolhedora e sem preconceitos.

Os espaços dos abrigos, embora devam ser transitórios, por vezes perduram por um tempo muito grande e a situação, que era de exceção, acaba por se configurar como de rotina, exigindo outras ações que minimizem os efeitos negativos sobre o equilíbrio emocional dos abrigados.



O sucesso dos programas de saúde mental para a população afetada por desastres depende, entre outros aspectos, da maneira como estes serviços são trazidos diretamente às pessoas no momento de crise, quando ainda estão nos abrigos, em casas temporárias, igrejas ou escolas. Devemos considerar que algumas pessoas podem ter dificuldades de relacionar o passado com as experiências presentes, particularmente nos primeiros dias ou semanas, quando não participam da magnitude e complexidade das tarefas das organizações com as quais interagem.

É importante que recebam sugestões concretas sobre como organizar e priorizar as tarefas e como manejar o estresse e responder às necessidades de seus entes queridos. Para tanto, é fundamental o trabalho de profissionais especializados preparados e que possam utilizar técnicas diretivas relacionadas à organização de tarefas, aconselhamentos rápidos, escuta e construção conjunta de estratégias de enfrentamento da dor.



Como você viu na unidade anterior, é preciso conhecer a cultura, a estrutura e os recursos da comunidade, a fim de encontrar e respaldar as ações a partir das habilidades de cada grupo ou pessoa. Os fatores culturais são também muito importantes a serem considerados quando se constroem planos de contingência, demais estratégias de prevenção e preparação, planejamento dos abrigos provisórios e planos de reconstrução necessários para uma população afetada. Diferenças étnicas podem impedir diversas populações de compartilharem as mesmas acomodações de um abrigo, por exemplo, ou mesmo permanecerem dentro de algum local de assistência.

Em geral, as pessoas estão fortemente vinculadas ao lugar onde moram e mudanças drásticas alteram por demais o seu cotidiano, pois existem vínculos com o lugar, seja em termos de investimento de capital ou, principalmente, afetivo. Segundo Bruck (2007), “o desafio diante da crise, principalmente em uma situação inesperada, significa um momento de dor e sofrimento, mas também pode representar uma oportunidade de crescimento, contribuindo para a formação de novas posturas em relação à vida”.

Embora o desastre seja experienciado como uma situação de crise, essa mesma experiência pode ser utilizada para ampliar as percepções de risco em relação a estes eventos. Portanto, é importante que nesse momento em que as pessoas estão mais sensibilizadas se agreguem, também, trabalhos de prevenção e preparação para evitar desastres futuros e para promover autonomia.

Vale ressaltar que os sentimentos que as pessoas experimentam durante eventos adversos são, muitas vezes, reações normais frente a situações anormais.

Elas geralmente respondem com uma variedade de padrões individuais e socialmente construídos. O certo é que necessitam de ajuda psicológica e social pra recuperar o quanto antes a autonomia de suas próprias vidas e poder participar ativamente do processo de reconstrução. A primeira ajuda psicológica é a intervenção que se oferece a uma pessoa em crise, por um membro de uma equipe de resposta ou por uma pessoa da comunidade, para aliviar as tensões provocadas pela situação de emergência ou desastre.

A técnica de primeira ajuda psicológica é bastante simples e prática; não é um procedimento especializado, mas requer um treinamento básico para sua aplicação. Por esta razão, se deve capacitar o pessoal que potencialmente poderá intervir na primeira resposta em situação de desastre.



De maneira geral, o objetivo da primeira ajuda psicológica é auxiliar de forma imediata as pessoas afetadas e minimizar o impacto emocional do evento adverso. Seus objetivos específicos são:

1. Contribuir para a garantia da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência.
2. Contribuir para a redução da tensão.
3. Ajudar as pessoas afetadas a tomar decisões práticas para resolver os problemas urgentes causados pelo desastre.
4. Favorecer o desenvolvimento de atividades solidárias e de ajuda mútua.
5. Preservar uma área de segurança para os afetados.
6. Promover o contato social com seus familiares e amigos; e
7. Auxiliá-los a localizar e verificar o estado em que se encontram seus entes queridos.

ATITUDES DE QUEM VAI CUIDAR

Os que prestam a primeira ajuda psicológica, como por exemplo, as equipes de Defesa Civil, devem desenvolver certas atitudes que permitam estabelecer vínculos com as pessoas afetadas, ganhar sua confiança e demonstrar disposição para ajudar.

Algumas atitudes importantes que os membros dessas equipes devem adotar:

- Atitude serena, respeitosa, cordial e afetiva, mas firme; a pessoa assistida não espera que quem oferece ajuda se some a sua crise, mas sim que a ajude a superá-la.
- Evitar ser crítico.

- Adotar uma atitude de escuta responsável, que permita a pessoa afetada se expressar é o melhor recurso na assistência psicológica de urgência.

- Adotar uma atitude que facilite a empatia significa que o afetado percebe que quem o ajuda o compreende e o entende; isto é essencial para que aceite a ajuda.

- Não tentar resolver, responder, ou mesmo esclarecer todas as perguntas que os afetados o fazem sobre os aspectos referentes às causas do desastre.

- Não tentar acalmá-los, convencendo-lhes de que as suas impressões sobre o evento estão equivocadas.

- Manter o autocontrole: quem oferece a primeira ajuda deve controlar seu próprio comportamento.

- Disposição para trabalhar em equipe.

PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA A ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE RESPOSTA

A primeira ajuda emocional aos afetados por um desastre está diretamente relacionada com o suprimento de suas necessidades básicas de sobrevivência (alimentação, água potável, abrigo, atendimento médico, etc). As equipes de resposta devem levar em conta que o atendimento dessas necessidades é decisivo para a manutenção da saúde mental dos afetados nos primeiros momentos posteriores ao evento.

Sendo assim, alguns aspectos devem ser observados pelas equipes:

- Avaliar cuidadosamente as reações das pessoas afetadas pelo desastre e identificar com critérios claros as que requerem uma atenção psicológica mais urgente, encaminhando para o serviço de saúde especializado.
- Ajustar as atividades dos afetados. Estes geralmente realizam várias atividades sem terminar nenhuma; tornam-se muito críticos e pouco pacientes. Por isso se deve envolvê-los em alguma atividade de pouca complexidade e que auxilie na retomada na normalidade.
- Evitar a possibilidade de pânico, que é uma atitude esperada mas não comum em uma comunidade afetada por um desastre. A pessoa em estado de pânico deve ser tratada com firmeza e respeito.
- Afastar do local do evento pessoas que estão em estado de choque. Elas devem se sentir assistidas e acolhidas.
- Se a pessoa expressa seus sentimentos de dor ou frustração com um comportamento agressivo, deve ser acompanhada calmamente e ser providenciado para que a sua segurança e a dos outros seja garantida.
- Se a pessoa afetada estiver confusa ou não tiver uma impressão clara do que está acontecendo, as equipes de resposta devem prestar as informações, inclusive as possibilidades de ajuda para as soluções dos problemas.
- Evitar relatos com detalhes aterrorizantes e não minimizar o que aconteceu com comentários do tipo “aqui não aconteceu nada”.
- O contato físico facilita as coisas e cria uma sensação de segurança; por exemplo, colocar a mão no ombro cria uma possibilidade de aumentar a escuta. No entanto, esta aproximação deve ser feita com cautela, já que isto pode causar incômodo a algumas pessoas, de acordo com o seu costume e cultura.

- Atuar com calma tem um efeito tranquilizador sobre as pessoas afetadas. A calma é quase tão contagiosa como o nervosismo. Por isso é necessário falar calmamente e em tom normal.
- Sempre que possível se deve permanecer junto à pessoa afetada e dizer-lhe que dispõe de tempo suficiente para ajudá-la; não se deve deixá-la sozinha e é preciso evitar correr de um lado para outro.
- Evitar comentários inadequados, por exemplo, dizer que a ambulância está demorando a chegar ou que é preciso chegar depressa ao hospital.
- Proteger a intimidade da pessoa afetada, evitando os curiosos. Os afetados, em geral, ficam incomodados com a possibilidade de que outros tenham acesso às suas manifestações de dor; a ajuda das equipes deve consistir em conduzi-la a um lugar com certa privacidade.
- Se o afetado necessita de informações sobre sua situação pessoal é necessário lhe explicar quais serão os procedimentos adotados para garantir a sua segurança de forma que ele entenda, evitando palavras técnicas e de alto conteúdo emocional.
- Se a pessoa afetada solicita informação sobre outras que passaram pelo mesmo evento e existe a certeza de que a situação não é muito grave, devemos adotar uma atitude tranquilizadora, dizendo, por exemplo, “eles estão sendo atendidos; meus companheiros estão com ele”.
- Se existem sinais claros de falecimento e a pessoa afetada tiver contato visual com a situação e pedir informação, a resposta deve ser objetiva.

As situações de emergências e desastres podem, eventualmente, gerar condutas violentas que envolvem diferentes atores. Nessas ocasiões, tem sido observado que pessoas tranquilas e cooperativas podem adotar condutas inapropriadas ou violentas. Por consequência, a intervenção nessas circunstâncias demanda que os membros das equipes de Defesa Civil adotem algumas medidas básicas de segurança:

- As pessoas que prestam ajuda devem identificar-se ao afetado, dizendo-lhe o motivo de sua presença e verbalizar suas intenções de ajuda.
- Prever possíveis atos hostis ou agressões. É recomendado que se faça uma avaliação cuidadosa do cenário. Frequentemente, alguns familiares ou amigos podem estar muito alterados emocionalmente.
- Prever vias de saída rápida do cenário, se for necessário.
- Não permitir a interferência de muitas chamadas de auxílio, já que é frequente, nestas situações, que muitas pessoas, ao mesmo tempo, queiram solicitar ajuda, assim como dar sugestões e ordens.
- Intervir sempre em par, o que é uma regra básica de segurança.

PRIMEIRO AUXÍLIO EMOCIONAL A GRUPOS ESPECIAIS



O segmento da população que requer atenção especial inclui crianças, pessoas idosas ou frágeis, pessoas com doenças mentais, minorias étnicas e raciais e famílias que perderam parentes nos desastres. Vamos ver agora alguns cuidados relacionados com cada um desses grupos:

● **Com crianças:** as crianças não reagem como os adultos frente a eventos adversos e suas respostas emocionais vão estar relacionadas diretamente com as reações emocionais dos adultos que são significativas para eles. Mesmo assim, as crianças não têm o mesmo nível de abstração para poder compreender racionalmente os acontecimentos e verbalizar suas emoções, que variam de acordo com a idade.

Alguns procedimentos gerais que podem servir para ajudar as crianças em situações de crises:

- O contato físico, por exemplo, um abraço, é importante principalmente com as crianças menores.
- Recomendar que os pais acompanhem os filhos.
- Reafirmar frequentemente que estão seguros e a salvo.
- Falar com eles sobre o evento de forma simples.
- Facilitar que falem sobre o que ocorreu se desejarem.
- Não minimizar e nem exagerar a situação.
- Não falar para as crianças sobre o medo que os adultos possam ter da situação futura (o processo de reconstrução).
- Não fazer promessas que não podem ser cumpridas.
- Não dizer que os mortos estão felizes no céu, pois essa afirmativa envolve crenças religiosas e não convém discuti-las em momento de crise.
- Tratar o tema da morte concretamente, dizendo-lhes que esta é permanente e que causa uma grande tristeza. Se não for necessário, não se deve falar sobre as mortes ocorridas.
- Trabalhar para que as rotinas familiares e sociais próprias de cada idade sejam mantidas dentro do contexto e sempre que possível.

- **Com idosos:** para oferecer a primeira ajuda aos idosos é necessário que haja um conhecimento de suas principais limitações e necessidades, assim como uma disposição para atuar com respeito e compreensão. Alguns aspectos importantes devem ser considerados, como ter paciência e não tentar ajudar naquilo que eles próprios podem fazer, além disso, muito idosos sentem necessidade de falar sobre o evento ocorrido. Por isso, devemos criar um ambiente favorável à escuta responsável.

- **Com grupos especiais:** A intervenção com grupos de pessoas portadoras de necessidades especiais requer uma boa comunicação e demonstração da disposição em ajudá-los. Essas pessoas requerem intervenções que se adaptem a cada tipo de limitação.

- **Portadores de necessidades motoras:** devemos perguntar em que e como podemos ajudar e nos adaptar ao seu ritmo de movimento; adotar uma postura que facilite a comunicação, sempre explicando para onde será levado e por quê.

- **Portadores de deficiência auditiva e visual:** quem oferece ajuda a um deficiente auditivo deve posicionar-se de maneira que ele veja o seu rosto e falar devagar, utilizando uma linguagem simples. Para o portador de deficiência visual devemos perguntar em que e como podemos ajudar, disponibilizando auxílio para sua locomoção no cenário do evento.

ATENÇÃO!

Por fim, devemos destacar que a primeira ajuda emocional a ser oferecida por membros das equipes se baseia principalmente em saber escutar, estabelecer um contato físico afetivo e respeitoso, e permitir o desenvolvimento emocional das pessoas afetadas. Essas equipes não devem esquecer que

os afetados necessitam de informações sobre o evento ocorrido, sobre os procedimentos que serão adotados para a garantia de sua assistência e sobrevivência e sobre o estado de seus familiares e dos bens materiais que lhe são caros.

A maneira como as pessoas adquirem e desenvolvem a capacidade de enfrentar as situações difíceis e como se preparam para o enfrentamento de experiências dolorosas e excepcionais contribui para o manejo de situações críticas em cenários de desastre. Diante de situações traumáticas, há modificações transitórias de duração variada que atuam como mecanismos defensivos, alertando para o enfrentamento de situações de maior dificuldade. Respostas às situações de estresse podem se converter em aprendizagem que permite o desenvolvimento da capacidade de tolerância à frustração. É um processo que se inicia no âmbito individual, familiar e coletivo, gradualmente.

Na unidade anterior você aprendeu sobre a resiliência; esse conceito se aplica aqui da mesma forma. Situações adversas não apenas provocam dor, mas também podem levar à aprendizagem de vida, favorecendo mecanismos adaptativos.



**SAIBA+
MAIS**

No esforço de inserir a psicologia nas ações de Defesa Civil, e de acordo com a OPS/OMS (2006) a resposta institucional no campo da saúde mental é complexa. Não se trata somente de atender as consequências emocionais diretas do evento, como o medo, a ansiedade, tristeza e fobia, mas também, outros efeitos indiretos da dinâmica interpessoal e social, assim como no entorno das vítimas. É importante compreender que pode ter havido uma deterioração do tecido social e algum nível de desestruturação da vida familiar.

AS EQUIPES DE RESGATE E O AUTOCAUIDADO



Na segunda parte desta unidade nosso tema se volta para o atendimento psicológico às equipes de resgate.

O atendimento de suporte precisa estar disponível a qualquer tempo. A tarefa de resgate e socorro envolve intensa convivência com o sofrimento das pessoas afetadas incluídas, eventuais mortes e ferimentos graves. O rol de procedimentos que os socorristas devem percorrer, as etapas técnicas previstas para o salvamento, para o resgate de acidentados, combate a incêndios ou acesso a locais onde tenha havido desmoronamento é extenso. Os procedimentos deveriam ser obedecidos para maximizar a eficácia do socorro.

A utilização dessas ferramentas técnicas compõe o que chamamos de trabalho prescrito. Refere-se a como o trabalho deve ser feito. Entretanto sabemos que esses mesmos protocolos frequentemente sofrem adaptações por parte de quem os maneja. Arranjos que se mostram mais eficazes em certos momentos são acionados e se afastam do rol inicial.

A esse dispositivo chamamos de trabalho real, ou seja, como o trabalho de fato ocorre, em meio a condições por vezes muito adversas. Não se trata aqui de indisciplina ou abandono dos padrões, mas sim de uma inteligência defensiva “inteligência astuciosa”, conforme Dejours, que ajuda a suportar as adversidades e as emergências dentro das urgências.

Um recurso bastante proveitoso no atendimento aos membros das equipes é a manutenção de um espaço social, de um grupo de discussão, onde possam, em situação de segurança institucional, trocar depoimentos sobre suas práticas. O compartilhamento dessas falas, entre profissionais, pode aliviar a ansiedade da ruptura com o trabalho prescrito e fortalecer o efeito agregador da defesa coletiva.

Em outras palavras, garantir a possibilidade de um espaço onde se possa lidar, através da palavra, com o excesso de exigência psíquica imposto pelo cenário vivido nas situações de emergência.

É esperado que os participantes no grupo tenham a oportunidade de experimentar algum grau de inteligibilidade do seu sofrimento, contribuindo para a qualidade de suas vidas e para a realização de um trabalho menos penoso. Um trabalho que potencialize reconhecimento, bem-estar e saúde mental ao invés de ser operador de adoecimento.

O **trabalho** constitui-se como mediador da construção, do desenvolvimento, da complementação da identidade e da constituição da vida psíquica de uma pessoa. Não se trata de um espaço de neutralidade subjetiva ou social, ou seja, ele pode engendrar tanto o pior quanto o melhor, é difícil identificar o que seja mais ou menos prejudicial à saúde mental das pessoas que trabalham em situações de emergência, dadas as questões subjetivas implicadas.

Mas por que algumas pessoas da equipe adoecem e outras não? Seriam uns mais sensíveis que outros? Será que se trata de alguma fragilidade?

ATENÇÃO!

**SAIBA
MAIS**

A literatura aponta para o que pode ser potencialmente desestabilizador para a saúde mental dos sujeitos: as condições de trabalho, ou seja, aquilo que se reflete diretamente no corpo dos trabalhadores, como as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho e a organização do trabalho, a forma como ele é estruturado em relação à distribuição das tarefas, o modo operatório e a divisão das pessoas em relação às responsabilidades, hierarquia, controle, etc. Assim, entendemos que cada pessoa constitui um sujeito singular e, portanto, reage à realidade e às situações de emergência de maneira particular.



Você pode estar se fazendo estas perguntas ao perceber que, diante de situações traumáticas, nem todos reagem da mesma forma e que a maioria desenvolve a potencialidade de dar continuidade às suas atribuições.

Não se trata de ser mais ou menos capaz de aguentar as dificuldades, mas do modo como cada um em vivência o sofrimento e reage em relação a ele. Essa capacidade possibilita que algumas pessoas se sintam menos vulneráveis, menos ameaçadas e mais potentes na atividade de salvamento. É necessário, entretanto, um trabalho preventivo que abra a possibilidade de um espaço onde se possa lidar, através da palavra, da partilha afetiva, com o excesso de exigência psicoafetiva imposto pelo cenário vivido nas situações de emergência.

O trabalho, caracterizado como fonte de prazer e sofrimento, é também “um elemento central na promoção do desenvolvimento psíquico e da constituição da identidade”. Por isso, o trabalho implica não apenas na busca de uma remuneração voltada para o acesso a bens de consumo, mas também em um investimento pessoal, humano, individual, que mobiliza o corpo, a subjetividade, de forma a contribuir numa esfera coletiva, visando o bem-comum. Implica ainda numa busca de integração a determinados contextos sociais, os quais contribuirão para os processos de reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, tão importantes à constituição da subjetividade.



ATENÇÃO!

Para Dejours (2004) o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar.

Portanto, como você viu, as relações com o trabalho também podem estar cerceadas pela ética que falamos antes, a ética do cuidado. No caso das equipes de resgate e socorristas, o mesmo cuidado que se oferece ao outro no que concerne à proteção à vida deve, por sua vez, transformar-se em autocuidado, autoproteção. Neste sentido, é fundamental que você ou qualquer agente cuidador se preocupem em garantir os mecanismos e medidas que mantenham a própria saúde.



A **saúde** compreende um estado de equilíbrio entre o ser humano e seu ambiente físico, emocional e social, compatível com a atividade funcional da pessoa. Dejours afirma que para a saúde mental não há um estado de bem-estar e de conforto, mas sim fins, objetivos, desejos, esperanças.

“A saúde não é um estado, mas um objetivo que se remaneja sem cessar. Não é alguma coisa que se tem ou não se tem, mas que se tenta conquistar e que se defende, como a liberdade” (Dejours, Dessors e Desriaux, 1993).

**SAIBA
MAIS**

A Organização Mundial da Saúde conceitua a saúde como “um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Desde a Assembléia Mundial de Saúde de 1983, a inclusão de uma dimensão “não material” ou “espiritual” de saúde vem sendo discutida extensamente, a ponto de haver uma proposta para modificar o conceito clássico de saúde da OMS para “um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social e não meramente a ausência de doença” (WHO/MAS/MHP, 1998, p.2)

O EXERCÍCIO DO DIÁLOGO



Nesta unidade, você viu que para a construção da experiência de saúde das equipes que trabalham no resgate em situação de emergências e desastres, o espaço intersubjetivo do diálogo, da fala, é especialmente importante.

É através da fala que expressamos de forma ímpar nossas experiências e nossas relações vividas durante estas situações impactantes. Este exercício da fala deve ser compartilhado entre aqueles que estão inseridos no contexto de trabalho para que possam, juntos, expressar e escutar como cada um percebe a realidade ali vivida e possam juntos buscar a construção de novos significados.

Falar compreende em usar a palavra visando um entendimento comum entre os membros do grupo comprometidos na escuta. Este entendimento, fala e escuta, estando inserido num ambiente bem definido, permitirá que a promessa se estabeleça como um fator determinante para a construção do espaço de discussão.

Esta atitude repercutirá entre estes membros por perceberem que a sua fala constitui um direito de estabelecerem relação consigo mesmos, com os outros e com a própria instituição, reconhecendo-se autorizados e livres para mudar determinadas rotinas e práticas, e transformarem-se a si mesmos no contexto de trabalho.

FINALIZANDO

Você acabou de ver neste módulo o conceito de trauma psicológico e as possibilidades de intervenção psicológica de emergência para os atingidos por um desastre e para as equipes de resgate. Sua tarefa agora é acessar o AVA e realizar a atividade de aprendizagem. Participe também do Fórum de Discussão e converse com seu tutor. Bom trabalho!



REFERÊNCIAS

BRUCK, Ney Roberto Vátimo. **A psicologia das emergências**: Um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma. Porto Alegre, 2007. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

Dejours, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. SZNELWAR, Laerte Idal; LANCMAN, Selma. (Orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2004. 396 p.

_____. **O Fator Humano**. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 102 p.

_____. Subjetividade, Trabalho e Ação. São Paulo: **Revista Produção**, v. 14, n. 3, set./dez. 2004, p. 27-34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2010.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, Christophe; JAYET, Christian; ABDOUCHELI, Elisabeth; STOCCO, Maria Irene. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

DEJOURS, Christophe; DESRIAUX, François; DESSORS, Dominique. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **RAE revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 33, n. 3, mai./jun. 1993, p. 98-104. Disponível em: <http://www16.fgv.br/rae/redirect.cfm?ID=680>. Acesso em: 10 set. 2010.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Transtornos mentais e trabalho: o problema do nexa causal. **Revista de Administração da FEAD-Minas**, Belo Horizonte, vol. 2. n.1, jun. 2005, p. 73-80. Disponível em: <http://www.fead.br/ebooks/DOCSTCCMONO/Revista%202-1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Protección de la salud mental em situaciones de desastres y emergencias**. Washington: OPS/OMS, 2002. 16 p. (Serie de manuales y guías sobre desastres). Disponível em: <http://www.paho.org/spanish/ped/SaludMental01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

_____. **Guía práctica de Salud Mental em situaciones de desastres**. Washington: OPS/OMS, 2006. 200 p. (Serie de manuales y guías sobre desastres). Disponível em: http://www.who.int/mental_health/paho_guia_practicade_salud_mental.pdf. Acesso em: 10 set. 2010.

UNIDADE V

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E DIREITOS HUMANOS



OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final desta unidade, você será capaz de:

1. Entender a assistência humanitária como um direito humano assegurado por dispositivos internacionais e não como mera ação de caridade.
2. Saber como participar na organização adequada de abrigos.
3. Auxiliar no funcionamento dos abrigos respeitando os itens dos protocolos de atendimento.
4. Compreender a importância do funcionamento de equipes multiprofissionais.
5. Entender as prioridades dos grupos especiais.

INICIANDO O DIÁLOGO



Nesta última unidade do curso, você vai ver aspectos da assistência humanitária, ter informações práticas sobre administração de abrigos temporários e saber de que forma podemos contribuir para diminuir a vulnerabilidade social no período pós-desastre.

CARTA HUMANITÁRIA

Com relação à **assistência humanitária***, diversos organismos internacionais criaram a **Carta Humanitária**, determinando as Normas Mínimas que garantam todas as medidas possíveis a serem tomadas para evitar ou aliviar o sofrimento humano decorrente de catástrofes ou conflitos, resguardando que as populações afetadas tenham seus direitos à proteção e à assistência garantidos.

Esse documento afirma a importância fundamental dos seguintes princípios que devem ser respeitados no Brasil e em outros países pelas agências, equipes e pessoas que auxiliam nas situações de desastres:

- O direito à vida com dignidade: refere-se ao direito individual à vida, implicando o direito a que sejam tomadas as medidas para preservar a vida, onde quer que ela esteja ameaçada, bem como o dever dos outros de tomarem tais medidas. Não se pode impedir a prestação de assistência necessária à salvação de vidas humanas. O Direito Humanitário Internacional obriga os governos e outras partes envolvidas a aceitar a prestação de assistência humanitária e ser imparcial quando a população civil sofre com a falta de bens essenciais.

- As pessoas afetadas por desastres devem ter reconhecidas as suas necessidades básicas, cabendo ao Estado o papel a responsabilidade primordial de prestar assistência necessária, ou permitir que seja prestada, quando a população não tem condições de lidar com a situação.

Devemos impedir ou evitar comportamentos que se violem os direitos humanos fundamentais. Estes direitos e obrigações encontram-se reconhecidos no conjunto do direito internacional relativo aos direitos humanos, no direito humanitário internacional e no direito relativo aos refugiados.

No Brasil, a Defesa Civil, nos níveis nacional, estadual e municipal é responsável pelo recebimento e distribuição do material de assistência humanitária. Exige, para tanto, relatórios mensais com a atualização de dados sobre a situação da população afetada pelo desastre que permanece em situação de insegurança biopsicossocial. Sabemos, contudo, as dificuldades encontradas pelos municípios em guardar e distribuir os donativos recebidos de forma adequada.



ATENÇÃO

Para avaliar a garantia de direitos das pessoas afetadas por desastres, cabe observar os seguintes aspectos:

Água Potável - verificar se as pessoas estão abastecidas com água potável suficiente para o atendimento da população, de maneira a ter disponível um litro e meio de água por dia para cada habitante.

Alimentação - verificar se há estoque de alimento suficiente para atender a população, e por qual período, considerando que cada família de cinco membros, consome, por estimativa, duas cestas básicas de 20 kg em 15 dias; e saber qual é a previsão da quantidade de alimentos necessária



Assistência humanitária

É toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para minimizar o efeito de catástrofes naturais, conflitos armados ou convulsões sociais no exterior.



Texto integral da Carta Humanitária disponível em http://www.sphereproject.org/portugues/handbook_index.htm

SAIBA MAIS

A propósito da questão de assistência humanitária, e também sobre organização e gestão dos desastres, leia o manual do Sistema de Comando de Operações, disponível na biblioteca do site www.ceped.ufsc.br.

para atender a comunidade até que a situação retome a normalidade. No que se refere às cestas básicas, atentar para as peculiaridades culturais de cada comunidade ou população na oferta dos alimentos para que tenham acesso aos alimentos que comumente consomem.

Abrigos provisórios - verificar se os abrigos oferecem condições mínimas de salubridade e assistência social, com suporte básico de água, alimentação, luz elétrica, gás e medicamentos, tomando por base as orientações da Defesa Civil do Rio de Janeiro para a Avaliação e Manutenção de Abrigos Provisórios.

PSICOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE ABRIGOS PROVISÓRIOS

Em 2006, os órgãos responsáveis pela Defesa Civil no Estado do Rio de Janeiro publicaram um **manual para administração de abrigos temporários**. A partir de colaborações de organizações como o Projeto Esfera, da Organização das Nações Unidas, que tem sido referência em administração de abrigos provisórios, a publicação visa facilitar a melhoria na qualidade do atendimento às vítimas de um desastre, com padronização das normas de procedimento. O manual se centra nas medidas assistenciais básicas para gestão de abrigos e suas colocações buscam considerar a diversidade de cenários existentes no Brasil.



Disponível em
http://www.cbmerj.rj.gov.br/documentos/sedec/manual_abri-go_sedec_rj.pdf

A instalação do abrigo precisa seguir alguns critérios mínimos, tais como:

- Tipo e características da edificação ou tipo de barraca e características do terreno (número de pavimentos, número de sanitários, água potável, entre outros).
- Condições de higiene e limpeza e prevenção de vetores biológicos (lavanderias, chuveiros, isolamento de insetos, etc.).
- Infraestrutura (água, luz, cozinha, dormitórios, área de recreação, etc.).
- Delimitação do espaço físico (por família ou por pessoas).

**SAIBA+
MAIS+**

Segundo o manual, abrigo é o "local ou instalação que proporciona hospedagem a pessoas necessitadas" e pode ser permanente ou temporário. Abrigos permanentes são instituições públicas ou privadas destinadas à assistência para pessoas desamparadas socialmente. Os abrigos temporários, por sua vez, são organizados em uma instalação fixa, adaptada para esta finalidade, por um período determinado.

Os parâmetros para constituir cada um dos itens em abrigos provisórios estão descritos detalhadamente no manual da Defesa Civil e na Carta de Assistência Humanitária (ONU). Inclusive constam algumas definições acerca dos aspectos psicossociais, como as funções do agente psicossocial em um abrigo provisório:

- realizar entrevistas com as famílias;
- viabilizar o retorno delas para a vida cotidiana;
- realizar os primeiros cuidados psicossociais;
- fazer circular informações;
- estimular a participação das famílias nas tarefas cotidianas do abrigo;
- facilitar grupos de reflexão;
- manter o cumprimento das normas no abrigo; e
- realizar atividades no espaço recreativo; entre outras.

O manual apresenta também algumas sugestões de atividades recreativas a serem desenvolvidas nestes abrigos provisórios, contudo, os parâmetros norteadores para viabilizar um abrigo provisório e gerenciá-lo

ainda demandam conhecimento aprofundado das características socioculturais peculiares da população brasileira.



É fundamental que estes conhecimentos sejam aplicados na construção e na gestão dos abrigos temporários, acrescentando os parâmetros básicos já descritos pela Defesa Civil e pela Assistência Humanitária. Se não for considerado o contexto específico das comunidades atingidas, suas necessidades particulares e seus modos de vida próprios, a gestão dos abrigos provisórios terá dificuldade por fatores diversos.

Dependendo das estruturas existentes, como galpões, escolas, salões de igreja e outros locais, as comunidades poderão permanecer sofrendo, uma vez que o uso destes espaços provoca outras dificuldades. No município de Ilhota, em Santa Catarina, por exemplo, atingido pelo desastre das chuvas e deslizamentos em 2008, a ocupação das escolas públicas como abrigos provisórios causou problemas com o começo do ano letivo. Os salões de igreja, por sua vez, não garantiam a preservação da privacidade das famílias, pois todas as pessoas compartilhavam os mesmos ambientes.



Você deve estar atento ao fato de que as ações destinadas a atender as necessidades das populações afetadas por desastres, neste caso em especial a instalação e a administração de abrigos provisórios, devem se basear numa compreensão profunda da situação, incluindo fatores políticos e fatores relacionados com a segurança e a saúde física, mental e social da população abrigada.

Além do abastecimento de água, do saneamento, da nutrição e dos cuidados médicos, o abrigo é um fator decisivo para a sobrevivência em uma situação de desastre. Para além da sobrevivência, o abrigo é necessário para aumentar a resistência a doenças e proporcionar proteção às comunidades. É também importante para a manutenção da dignidade humana e para sustentar o quanto possível a vida da família e da comunidade em circunstâncias difíceis.

O objetivo das intervenções da Defesa Civil referentes a abrigos e à seleção e planejamento de locais de alojamento é satisfazer as necessidades físicas e as necessidades sociais elementares das pessoas, das famílias e das comunidades de modo a disporem de um espaço protegido, seguro e confortável para viver, incluindo no processo, tanto quanto possível, a auto-suficiência e a autogestão.

As intervenções devem ser concebidas e realizadas de modo a que sejam reduzidos ao mínimo todos os efeitos negativos que podem ser gerados por um período de abrigamento. Três tipos de situação indicam as necessidades básicas das pessoas diretamente afetadas por um desastre no que diz respeito a abrigos: o tipo de desastre, o número de pessoas envolvidas e a capacidade da comunidade para enfrentar a situação.

Devemos considerar que os membros de uma comunidade afetada quase sempre preferem permanecer nas suas casas ou nas proximidades. Se isso for seguro é indicado que seja respeitado, já que a assistência às pessoas nos seus locais de origem é muito mais sustentável e ajuda a restabelecer a normalidade mais rapidamente do que a assistência que as obriga a afastar-se em busca de um abrigo provisório.

AVALIAÇÃO INICIAL PARA A INSTALAÇÃO DE ABRIGO TEMPORÁRIO

Alguns aspectos devem ser considerados na instalação de um abrigo temporário:

1) A avaliação inicial deve ser realizada pela equipe multidisciplinar, e com a ajuda de representantes da comunidade que irá ser abrigada.

2) A informação é recolhida e apresentada aos gerenciadores do desastre, de forma a permitir que a tomada de decisão seja coerente e transparente, no que diz respeito a todo o processo de assistência que será oferecido, desde as instalações físicas até a assistência alimentar e de saúde.

3) Quando possível, os dados recolhidos devem ser distribuídos segundo sexo e idade.

4) As informações recolhidas servem para determinar as necessidades da população em matéria de abrigo, roupa e artigos domésticos, alimentação e medicamentos. Na avaliação inicial são considerados: o perfil e a situação da população afetada; os recursos locais de materiais, de infraestrutura e de pessoal.

É aconselhável que todo abrigo tenha a seguinte estrutura orgânica, para que os serviços sejam melhor realizados:

- Coordenação
- Assistente de Coordenação
- Serviço de Assistência Social
- Serviço de Saúde
- Serviço de Almoxarifado
- Serviço de Segurança (física e contra acidentes)
- Serviços Gerais.

O psicólogo e o assistente social podem observar alguns aspectos para garantir a saúde mental das pessoas afetadas em situação de abrigo:

- **Quanto à instalação física:** verificar se o abrigo preenche os requisitos mínimos de higiene e saúde pública.

- **Segurança:** verificar se está em local seguro contra enchentes, deslizamentos e desabamentos. Isto é, se não está envolvido pelo desastre e se as pessoas se sentem seguras onde estão. Outra questão é que nos abrigos podem acontecer inúmeras situações: abusos sexuais, violência, entre outras. É preciso atentar para estas ocorrências e garantir a proteção da população afetada.

- **Comunicação:** a comunicação é aspecto essencial, pois em situação de abrigo, distantes das referências habituais, muitas vezes sem ter contato com seus parentes e longe de suas casas, as pessoas necessitam de informações claras e precisas acerca de como está o andamento do resgate, a delimitação das áreas de risco, informações sobre família, quando retornam para suas casas, entre outras. Há a necessidade de organizar as informações e definir a melhor maneira de comunicá-las às pessoas.

- **Acesso e capacidade:** verificar se o abrigo possui acesso fácil para que as pessoas possam retornar o quanto antes às suas atividades cotidianas (trabalho, escola, etc.) e a capacidade de abrigo por número de pessoas, famílias, gênero e idade.

- **Sanitários:** é recomendável que o abrigo tenha sanitários masculinos e femininos separados, de modo a garantir a incolumidade das pessoas abrigadas.

- **Núcleos familiares:** é muito importante que, sempre quando possível, as pessoas sejam abrigadas preservando seus núcleos familiares. A manutenção dos laços familiares e de amizade em situação de abrigo favorece a saúde mental da população e seu restabelecimento.

- **Cozinha:** a cozinha é um espaço bastante simbólico para as famílias e, em especial, para as mulheres (embora não exclusivamente). Portanto, é importante saber se a cozinha é comunitária ou se cada núcleo familiar prepara seu alimento no mesmo espaço onde dorme. Caso seja comunitária, a organização das tarefas e o processo de condução da cozinha deve ser dialogado e construído entre as pessoas abrigadas.

- **Atendimento à saúde e recreação:** como você viu anteriormente, é muito importante que as pessoas tenham tarefas nos abrigos, desenvolvam atividades e se sintam participantes dos processos decisórios ali existentes. Espaços de recreação precisam ser construídos e gerenciados principalmente para as crianças e idosos, promovendo mais qualidade de vida no abrigo.

ATENÇÃO

É importante ressaltar que o abrigo temporário não é uma prisão, e sim uma “casa coletiva”. Os direitos humanos básicos de saúde, alimentação, segurança, educação e lazer dos abrigados devem ser garantidos pelo Estado, de forma universal e igualitária, respeitando as diferenças e aspectos relacionados à idade, gênero e necessidades especiais. O indivíduo que se encontra em um abrigo temporário não é um incapacitado e, portanto, têm capacidade de decisão e direito de escolha. Para tanto é preciso garantir-lhe o acesso à informação para que possa retomar o seu cotidiano.

RECONSTRUÇÃO PÓS-DESASTRE: UM ESPAÇO PARA A PSICOLOGIA E PARA A PREVENÇÃO

Como você viu nas unidades anteriores, a reconstrução se refere ao conjunto de ações destinadas a reconstruir a comunidade atingida, propiciando o seu retorno à condição de normalidade, sempre levando em conta a minimização de novos desastres.



Com a intenção de que o processo de **reconstrução** seja também um momento para a prevenção, é preciso considerar quais os riscos devem ser ali gerenciados e previamente mapeados para que outros desastres sejam evitados no futuro. Por isso, o momento da reconstrução exige tanta intersetorialidade e interdisciplinariedade como nas outras etapas da gestão de riscos e gestão de desastres. Na reconstrução também devemos integrar os diferentes saberes disponíveis.

A Psicologia pode contribuir na reconstrução pós-desastre e articular saberes, principalmente ao facilitar a escuta das organizações e instituições envolvidas com relação às demandas e opiniões das comunidades afetadas.

SAIBA MAIS

Shaw & Goda (2004) relatam, por exemplo, as atividades baseadas na comunidade de reconstrução e reabilitação pós-desastre, adotadas no Japão após o famoso terremoto de Kobe, em 1995. Sabemos que os japoneses são referência nos modelos de recuperação e reconstrução de cidades, uma vez que são continuamente atingidos por desastres, principalmente, tremores de terra. Segundo os autores, desenvolver um projeto de reconstrução baseado na comunidade permitirá que as pessoas expressem suas reais necessidades e prioridades, possibilitando que os problemas sejam definidos corretamente e as medidas responsivas sejam implementadas.

ATENÇÃO!

Além das pessoas passarem a responder mais rápida e satisfatoriamente à situação de emergência, os recursos são usados com mais economia. Ademais, isso garante que os processos decisórios existentes e relacionados a estes projetos e programas sejam democráticos e compreendam que as pessoas, mesmo que fragilizadas pelo desastre, são capazes de decidir sobre suas vidas.

É comum, neste momento de reconstrução, que projetos para remanejar famílias cujas casas estavam em áreas de risco não levem em conta os laços afetivos, familiares, de vizinhança, de trabalho, de proximidade aos equipamentos sociais disponíveis. Não raro, as famílias preferem se expor ao risco a se mudar para bairros distantes, onde não possuam acesso aos serviços. Nestes casos, quando não se oferece a proteção social adequada no que se refere à garantia de direitos, é possível aceitar que queiram correr esses riscos. A negociação, nestas situações, é uma estratégia importante.

A etapa da reconstrução implica em reconstrução das vidas, das histórias particulares de existência, dos desejos, afetos, da imaginação. Por isso, as propostas não funcionam bem quando são impostas, vindas de fora. É fundamental levarmos em conta as expectativas das pessoas com relação a este momento de reconstrução, de imaginar o futuro e buscar construir coletivamente as formas mais adequadas às demandas das comunidades.

Você deve ter pensado o quanto parece difícil reunir pessoas que estão ainda elaborando suas perdas para reconstruir aquilo que foi destruído pelo desastre. Parece difícil manejar os diversos interesses, instituições envolvidas e desejos pessoais para realizar este projeto coletivo, ainda mais em tempo hábil para que as pessoas não fiquem nos abrigos provisórios e possam retomar suas vidas.



Realmente, é difícil e leva mais tempo. Contudo, os resultados são muito melhores quando pactuados com os interessados. Dependem de uma articulação e uma preparação anterior, principalmente das organizações e agências responsáveis por esta tarefa. Não é impossível. É viável.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES

Você acabou de ver que boas práticas do gerenciamento de desastres contam com a participação das populações afetadas e as integram durante todo o processo, da gestão dos abrigos à elaboração dos projetos e construção das habitações no momento de reconstrução.



Além de mais econômica, esta é uma maneira de fomentar emprego e renda pós-desastre, estimular a população, produzir sentidos e engajá-la para participar daquilo que será dela. Sem contar que acaba se tornando um bom momento para atuar no âmbito da organização comunitária, favorecendo que o engajamento se perpetue e se debatam ações preventivas aos desastres.

Sabemos que quanto mais preparada estiver a comunidade em termos gerais, melhores condições serão encontradas para a superação dos eventuais desastres a que sejam submetidas.

Neste sentido, um trabalho importante a ser desenvolvido pelos agentes sociais envolvidos com situações de desastre ou de vulnerabilidade é a preparação das comunidades para o enfrentamento da possibilidade de um desastre e durante a ocorrência do evento, de modo a envolvê-las ativamente em todas as etapas e processos.

Seria desejável que as ações visando à redução de desastres e mitigação de impactos fossem acompanhadas por uma mudança social que reduzisse as diferenças entre as classes, contribuindo para diminuir a vulnerabilidade das populações mais pobres.

Para tanto, é preciso criar oportunidades e fomentar a articulação de profissionais de diferentes áreas para que possam, coletivamente, construir os mecanismos de investigação, organização, soluções tecnológicas, entre outros, que permitam enfrentar de forma participativa a missão de prevenir, mitigar e/ou reconstruir o hábitat de uma população desprovida de recursos financeiros e materiais.

FINALIZANDO

Com essas informações em mente, você está chegando ao fim deste curso. Parabéns! A etapa da leitura do livro-texto está concluída, e com isso certamente você ampliou seu olhar sobre a atuação da Psicologia e das áreas afins diante da gestão de riscos de desastres. Esperamos que tenha gostado do conteúdo e que este curso seja realmente transformador na sua vida profissional. Mas seu trabalho não acabou. Agora acesse o Ambiente Virtual de Aprendizagem e realize a atividade final. Bom trabalho!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEJOURS, Christophe. SZNELWAR, Laerte Idal; LANCMAN, Selma. (Orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.. Brasília: Paralelo 15, 2004. 396 p.

_____. **O Fator Humano**. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 102 p.

_____. Subjetividade, Trabalho e Ação. São Paulo: **Revista Produção**, v. 14, n. 3, set./dez. 2004, p. 27-34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2010.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, Christophe; JAYET, Christian; ABDOUCHELI, Elisabeth; STOCCO, Maria Irene. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

KARAM, H. M. C. Da Psicopatologia à Psicodinâmica do trabalho: breve história de um percurso e questões teórico-metodológicas. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, v. 25, n.1, p. 182-191, jan./abr. 2003.

MENDES, Ana Magnólia. et al. **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 368 p.

SHAW, Rajib; GODA, Katsuchiro. From disaster to sustainable civil society: The Kobe experience. **Disasters**, v. 28, n. 1, mar. 2004, p. 16-40.



Gestão de Riscos e de Desastres Contribuições da Psicologia

Este é o livro-texto do curso a distância "Gestão de Riscos e de Desastres: Contribuições da Psicologia", material didático fruto da parceria entre o Ministério da Integração Nacional (www.integracao.gov.br) e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (www.ceped.ufsc.br), da Universidade Federal de Santa Catarina (www.ufsc.br). O conteúdo deste curso tem o propósito de mostrar as diferentes possibilidades de atuação dos psicólogos nas quatro ações de redução de desastres, definidas na Política Nacional de Defesa Civil, e, também, qualificar a atuação dos psicólogos e profissionais de áreas relacionadas em ações que visem contribuir para a construção da resiliência comunitária.

Execução:



Realização:



**Ministério da
Integração
Nacional**